

A Saúde na Coleção de Leis e Decretos do Estado de São Paulo (1947-1955) - 4ª parte

The health on law sanitary collection in São Paulo State

Ana Maria da Cunha¹

Introdução

A relação abaixo dá continuidade nas listagens apresentadas nos números anteriores do CHC referentes à Legislação em Saúde (Leis, Decretos, Decretos-Leis, Circulares e Resoluções), do período compreendido desde a Proclamação da República até os dias atuais, nos volumes da Coleção de Leis e Decretos do Estado de São Paulo.

Esse levantamento iniciado há oito anos e atualmente em fase de conclusão, privilegiou a pesquisa sistemática, volume por volume, ano a ano, da legislação estadual relacionada à saúde, entendendo a Saúde no seu sentido amplo, ou seja, inclui os principais subsistemas que fazem interface com o Sistema de Saúde. Com esse entendimento, abrange vários temas, como Saúde Pública, orçamentos e medidas de caráter financeiro, prevenção e controle das doenças, saneamento, recursos humanos, dotações para entidades privadas, higiene escolar, saúde nos asilos e presídios, meio ambiente, entre outros.

Com o objetivo de organizar, para consulta pública, um banco de dados com o foco em questões de saúde, fonte fundamental para subsidiar estudos e ações de gestores e pesquisadores esta listagem contempla também outros dispositivos legais, como as peças orçamentárias, que merecem destaque por sua importância para o entendimento da condução e evolução da organização do Sistema de Saúde no Estado de São Paulo.

A relação apresentada nesta seqüência compreende o período entre 9 de julho de 1947, data da promulgação da Constituição do Estado de São Paulo até o final do ano de 1955.

¹ Socióloga, aposentada tendo exercido suas funções no Centro de Memória da Saúde Pública, Museu da Saúde Pública Emílio Ribas da Secretaria da Saúde do Estado de São Paulo

Palavras Chave: Legislação Sanitária, Saúde Pública, Documentação e Arquivos.

Key Words: Sanitary Legislation, Public Health, Documentation and Archives.

Dispositivo legal	Ementa
Decreto 17351 de 1º/06/1947	Transfere para a Secretaria de Estado dos Negócios de Saúde Pública e Assistência Social, os serviços do Departamento de Saúde; do Departamento de Assistência à Psicopatas; do Departamento Estadual da Criança do Departamento de Profilaxia da Lepra e do Serviço de Pênfigo Foliáceo; do Instituto Butantan; do Serviço de Medicina Social, de conformidade com o artigo 2º do decreto-Lei 17339 de 28/06/1947.
Decreto-Lei 17341 de 28/06/1947	Dispõe sobre a criação no Departamento de Profilaxia da Lepra do Serviço de pesquisas Científicas e dá outras providências.
Decreto-Lei 17357 de 02/07/1947	Dispõe sobre a criação do Serviço Especial de Saúde e dá outras providências.
Decreto-Lei 17358 de 02/07/1947	Dispõe sobre concessão de auxílios e dá outras providências.
Decreto-Lei 17382 de 04/07/1947	Dispõe sobre concessão de auxílio destinado à construção do Posto de Puericultura à Prefeitura da Estância de São José dos Campos na importância de CR\$ 50.000,00.
Decreto-Lei 17388 de 04/04/1947	Dispõe sobre concessão de auxílios.
Decreto-Lei 17390 de 04/07/1947	Dispõe sobre aquisição de imóvel por doação, da Prefeitura Municipal de Casa Branca, destinado à construção de prédio para o Centro de Saúde local.
Decreto-Lei 17418-A de 08/07/1947	Dispõe sobre concessão de auxílio na Prefeitura da Estância de Ibirá.
Decreto 17554-A de 16/09/1947	Aprova os termos do contrato para locação ao Governo do Estado, de um prédio situado à Rua Vitério Meirelles, 518, em Santa Rita do Passa Quatro, destinado ao funcionamento do Posto de Assistência Médico-Sanitária local.
Lei 18 de 26/11/1947	Dispõe sobre aquisição, por desapropriação, de imóvel situado no município de Casa Branca, destinado à instalação do Horto Florestal.

Dispositivo legal	Ementa
Lei 30 de 26/12/1947	Dispõe sobre concessão de auxílios.
Lei 39 de 31/12/1947	Dispõe sobre concessão de auxílios e subvenções a diversas instituições de caridade.
Lei 51 de 31/12/1947	Concede auxílio e subvenção a diversas instituições no corrente exercício.
Lei 53 de 31/12/1947	Concede auxílio financeiro ao Hospital de Misericórdia de Campos do Jordão “Dr. Adhemar de Barros”.
Lei 54 de 31/12/1947	Dispõe sobre concessão de subvenção à Casa de Misericórdia de Franca.
Lei 55 de 31/12/1947	Dispõe sobre concessão de subvenção.
Decreto 17602-A de 04/10/1947	Aprova os termos do contrato para locação ao Governo do Estado de um prédio situado à Rua Bernardino de Campos, 1641 em São José do Rio Preto, destinado ao funcionamento da Delegacia de Saúde local.
Decreto 17625-A de 16/10/1947	Aprova os termos da rescisão de contrato de locação, de prédio situado na Alameda Eduardo Prado, 285 nesta Capital, onde funcionou o Serviço de Saúde da Guarda Civil de São Paulo.
Decreto 17780 de 12/12/1947	Aprova os termos do contrato para locação ao Governo do Estado de um prédio situado à Rua 14, 555, em Barretos, e que se destina ao funcionamento do Centro de Saúde local.
Decreto 17781 de 12/12/1947	Aprova os termos do contrato para locação ao Governo do Estado de um prédio situado à Rua Marina Crespi, 91 nesta Capital, onde funciona o Dispensário de Tuberculose da Moóca.
Decreto 17829 de 30/12/1947	Aprova os termos do contrato para locação ao Governo do Estado, de um prédio situado à Rua Coronel Manuel Bento, 41, em São Luiz do Paraitinga, destinado ao funcionamento do Posto de Assistência Médico-Sanitária local.
Decreto 17830 de 30/12/1947	Aprova os termos do contrato para locação de um prédio situado à Travessa Visconde de Pindamonhangaba, 78 em Pindamonhangaba, destinado ao funcionamento do Centro de Saúde “Dr. Emilio Ribas”
Lei 14 de 23/11/1947	Ficam orçadas e fixadas para o exercício financeiro de 1948, respectivamente as seguintes receitas e despesas.

Dispositivo legal	Ementa
Lei 86 de 27/02/1948	Autoriza a Secretaria da Agricultura a adquirir, por meio de importação, máquinas dos tipos indicados pelo Departamento de Defesa Sanitária da Agricultura bem como o inseticida B.H.C. para combate à broca de café.
Decreto 17959 de 11/02/1948	Aprova os termos de contrato para locação ao Governo do Estado, de um prédio situado à Rua Barão de Jaceguai, 94, em Mogi das Cruzes, destinado ao funcionamento do Centro de Saúde local.
Decreto 18097 de 27/04/1948	Aprova os termos do contrato para locação ao Governo do Estado de um prédio situado à Rua 7 de Setembro, 262 (parte alta) em Serra Negra, destinado ao funcionamento do Posto de Assistência Médico-Sanitária local.
Decreto 18098 de 27/04/1948	Aprova os termos do contrato para locação ao Governo do Estado, de um prédio situado à Avenida Major Moraes, 406, em Cruzeiro, destinado ao funcionamento do Centro de Saúde local.
Decreto 18118 de 15/05/1948	Aprova os termos do contrato para locação de um prédio situado à Rua Bandeirantes, 571, em Araçatuba onde funciona o Posto de Serviço de Profilaxia da Malária local.
Decreto 18128 de 18/05/1948	Aprova os termos do contrato para locação ao Governo do Estado de um prédio situado à Rua Coronel Derosa, 6 em Nazaré Paulista, destinado ao funcionamento do Posto de Assistência Médico-Sanitária local.
Decreto 18164 de 22/06/1948	Modifica a redação do artigo 228, do Regulamento anexo ao Decreto 7065, de 06/04/1935, conforme proposta da Congregação da Faculdade de Medicina aprovada pelo Conselho Universitário.
Decreto 18166 de 22/06/1948	Aprova os termos do contrato para locação ao Governo do Estado, de um prédio situado à Rua Rubiácea Junior, 24 em São José dos Campos onde funciona o Dispensário de Tuberculose.
Lei 125 de 02/08/1948	Dispõe sobre concessão de auxílios.
Lei 159 de 23/09/1948	Dispõe sobre concessão de um auxílio de CR\$ 200.000,00 à Associação Paulista de Medicina, para a realização do II Congresso Brasileiro de Ginecologia e Obstetrícia.
Lei 167 de 30/09/1948	Autoriza a transferência à Prefeitura Municipal de Mogi-Mirim dos serviços de águas e esgotos adquiridos pelo Estado.

Dispositivo legal	Ementa
Decreto 18175 de 1º/07/1948	Autoriza a Secretaria da Viação e Obras Públicas, a construir um Hospital destinado aos funcionários da Estrada de Ferro Sorocabana.
Decreto 18207 de 26/07/1948	Estabelece a Divisão Sanitária do estado de São Paulo na conformidade das determinações do Decreto-Lei 17030 de 06/03/1947.
Decreto 18211 de 26/07/1948	Aprova os termos do contrato para locação ao Governo do Estado, de um prédio situado à Avenida Bernardino de Campos, 631, em Santos, que se destina ao funcionamento da Delegacia de Saúde.
Decreto 18212 de 26/07/1948	Regulamenta o Decreto-Lei 17341 de 28/06/1947, que criou o Serviço de Pesquisas Científicas no Departamento de Profilaxia da Lepra.
Decreto 18217 de 29/07/1948	Dispõe sobre profilaxia da tuberculose e dá outras providências.
Decreto 18299 de 04/09/1948	Aprova os termos do contrato para locação ao Governo do Estado, de um prédio situado à rua Dr. Silva Barros, 372, em Taubaté e que se destina ao funcionamento da Inspetoria Regional local do Departamento de Profilaxia da Lepra.
Decreto 18300 de 04/09/1948	Aprova os termos do contrato para locação ao Governo do Estado, de um prédio situado à Rua Senador Feijó, 23 em Cotia, destinado ao funcionamento do Posto de Assistência Médico-Sanitária local.
Decreto 18301 de 15/09/1948	Aprova os termos do contrato para locação ao Governo do Estado, de um prédio situado à Avenida Dom Pedro II, 343, em Santo Anastácio, destinado ao Posto de Assistência Médico-Sanitária local.
Decreto 18304 de 18/09/1948	Dá denominação de Museu Florestal “Octávio Vecchi ao Museu do Serviço Florestal”.
Decreto 18312 de 28/09/1948	Aprova os termos do contrato para locação ao Governo do Estado de um prédio situado à Av. Paulista, 2649, nesta Capital, para nele ser instalado a Divisão de Serviço de Tuberculose, do Departamento de Saúde.
Lei 185 de 13/11/1948	Dispõe sobre medidas de caráter financeiro e dá outras providências.

Dispositivo legal	Ementa
Lei 186 de 13/11/1948	Orça a receita e fixa a despesa do Estado para o exercício de 1949.
Lei 200 de 1º/12/1948	Dispõe sobre a concessão de auxílios.
Lei 222 de 20/12/1948	Dispõe sobre concessão de um auxílio de CR\$ 100.000,00 à Comissão Organizadora da Primeira Jornada Brasileira de Radiologia.
Lei 225 de 23/12/1948	Dispõe sobre abertura de um crédito extraordinário de CR\$ 715.000,00 destinado a atender às despesas com o combate ao surto epidêmico de meningite cérebro espinhal, que está grassando no município de Casa Branca.
Lei 227 de 23/12/1948	Dispõe sobre abertura de um crédito especial de CR\$ 100.000,00 à Secretaria da Saúde Pública e da Assistência Social, a ser utilizado pelo Departamento de Assistência à Psicopatas, na realização do IV Congresso Nacional de Psiquiatria, Neurologia e Medicina Legal, a iniciar-se em 02 de outubro deste ano, nesta Capital.
Lei 233 de 24/12/1948	Fixa o quadro Territorial Administrativo e Judiciário do Estado a vigorar no quinquênio 1949/1953.
Decreto 18322 de 05/10/1948	Aprova os termos do contrato para locação ao Governo do Estado de um prédio situado à rua Dr. Carlinhos Valeriani, 187, em Porto Ferreira, onde funciona o Posto de Assistência Médico-Sanitária e o Sub-Posto da Profilaxia da Malária.
Decreto 18338 de 26/10/1948	Aprova os termos do contrato para locação ao Governo do Estado de um prédio situado à Rua Santa Catarina, 68, em Promissão para nele continuar funcionando o Posto de Tracoma local, do Instituto do Tracoma e Higiene Visual, do Departamento e Saúde.
Decreto 18339 de 26/10/1948	Aprova os termos do contrato para locação ao Governo do Estado, de um prédio situado à Rua São Vicente de Paula, 416, nesta Capital, destinado à instalação do Instituto do Tracoma e Higiene Visual, do Departamento de Saúde com todas as suas dependências.
Decreto 18361 de 20/11/1948	Aprova os termos do contrato para locação ao Governo do Estado, de um prédio situado à Av. São Paulo, 117, em Araraquara, destinado à instalação da Delegacia de Saúde local.
Decreto 18367 de 23/11/1948	Aprova os termos do contrato para locação ao Governo do Estado, de um prédio situado à Rua Prudente de Moraes, 1317, em Piracicaba, para nele ser instalado a Inspetoria Regional, do Departamento de Profilaxia da Lepra.

Dispositivo legal	Ementa
Decreto 18387 de 07/12/1948	Aprova os termos do contrato para locação ao Governo do Estado, de um prédio situado à Rua Bragança, em Joanópolis, para nele continuar funcionando o Posto de Assistência Médico-Sanitária local, do Departamento de Saúde.
Decreto 18389 de 07/12/1948	Dispõe sobre a divisão do Estado em zonas hospitalares.
Decreto 18427-A de 28/12/1948	Aprova os termos do contrato para locação ao Governo do Estado, de um prédio situado à Rua Pernambuco, 51, em Catanduva, para nele continuar funcionando o Posto de Profilaxia da Malária.
Decreto 18434 de 30/12/1948	Dispõe sobre processamento das licenças para tratamento de Saúde.
Decreto 18410 de 17/12/1948	Dispõe que se observe na execução da Lei 186 de 13/11/1948 a discriminação da Receita e despesa constante das tabelas anexas.
Lei 252 de 08/03/1949	Dispõe sobre contagem, com o acréscimo de serviço dos funcionários do Departamento de Profilaxia da Lepra, para efeito de aposentadoria, e dá outras providências.
Decreto 18505 de 18/02/1949	Dispõe sobre instalação de 64 Unidades Sanitárias no Interior do Estado, criadas pela Lei 233 de 24 de Dezembro de 1948, que fixa o quadro territorial Administrativo Judiciário do Estado a vigorar um quinquênio 1949/1953.
Decreto 18549 de 30/03/1949	Aprova os termos do contrato para locação ao Governo do Estado, de um prédio situado à Travessa Matriz, 166, Araçoiaba da Serra para nele continuar funcionando o Posto de Assistência Médico-Sanitária local, do Departamento de Saúde.
Decreto 18585 de 24/04/1949	Anexa as unidades sanitárias criadas nos novos municípios a que se refere à Lei 233 de 24 de Dezembro de 1948 às respectivas Delegacias de Saúde.
Decreto 18587 de 03/05/1949	Aprova os termos do contrato para locação ao Governo do Estado, de um prédio situado à Praça da Matriz, 67 em Bofete, para nele continuar funcionando o Posto de Assistência Médico-Sanitária local, do Departamento de Saúde.
Decreto 18599 de 11/05/1949	Dispõe sobre desapropriação de imóveis necessários à construção de um reservatório de água para reforço do abastecimento da Capital.

Dispositivo legal	Ementa
Decreto 18630 de 23/05/1949	Declara de utilidade pública a fim de serem desapropriados pela Fazenda do Estado, diversas aras de terrenos necessárias aos serviços de abastecimento de água na Capital.
Decreto 18664 de 21/06/1949	Aprova os termos do contrato para locação ao Governo do Estado, de um prédio situado à Praça Coronel Domingos Ferreira, 53 em Monte Mor, para no mesmo continuar funcionando o Posto de Assistência Médico-Sanitária, do Departamento de Saúde.
Lei 316 de 06/07/1949	Dispõe sobre concessão anual de duas bolsas de estudo a funcionários da Seção de Higiene Mental Escolar, da Diretoria do Serviço de Saúde Escolar.
Lei 322 de 07/07/1949	Dispõe sobre concessão de auxílios à Santa Casa de Misericórdia de Santos.
Lei 381 de 27/07/1949	Dispõe sobre aquisição, por doação de imóvel situado no município de Jundiá, destinado à construção de prédio para funcionamento de Dispensário de Tuberculose local.
Lei 406 de 04/09/1949	Dispõe sobre desapropriação de imóvel situado no subdistrito de Santana, no município e comarca da Capital e necessário aos serviços da Repartição de Águas e Esgotos.
Lei 415 de 12/09/1949	Revoga o Decreto-Lei 15035, de 19/09/1945 que declara de utilidade pública, para a fim de ser adquirido pela Fazenda do Estado uma área de 3.247m ² , situado no município e comarca de Ribeirão Preto, para a construção de um Dispensário de Tuberculose.
Lei 422 de 17/09/1949	Dispõe sobre abertura de um crédito extraordinário de CR\$ 634.225,00, destinado a atender a título de auxílio, às populações dos municípios do litoral sul do Estado, vítimas de inundações que assolaram aquela região no corrente ano.
Decreto 18699 de 08/07/1949	Dispõe sobre desapropriação de imóvel necessário aos serviços da sub-adutora Móoca-Vila Maria, para reforma do abastecimento de água da Capital.
Decreto 18700-A de 08/07/1949	Dispõe sobre desapropriação de terras encravadas no Horto Florestal e Serra da Cantareira, da Secretaria da Agricultura.
Decreto 18720 de 15/07/1949	Aprova os termos do contrato para locação ao Governo do Estado de um prédio situado à Rua Carlos Gomes, 232, em Pontal para no mesmo funcionar o Posto de Assistência Médico-Sanitária, do Departamento de Saúde.

Dispositivo legal	Ementa
Decreto 18721 de 15/07/1949	Aprova os termos do contrato para locação ao Governo do Estado, de um prédio situado à Rua Nhorio Livramento, 855 em Monte Alto para no mesmo continuar funcionando o Posto de Assistência Médico-Sanitária e o Dispensário de Tracoma e Higiene Visual, do Departamento de Saúde.
Decreto 18728-B de 26/07/1949	Aprova os termos do contrato para locação ao Governo do Estado, de um prédio situado à Av. 11, s/nº, em Guairá, para nele continuar funcionando o Posto de Assistência Médico-Sanitária local.
Decreto 18728-C de 26/07/1949	Aprova os termos do contrato para locação de um prédio situado à Av. Peixoto Gomide, 253 em Itapetininga, para nele serem instalados A Delegacia e o Centro de Saúde locais, do Departamento de Saúde.
Decreto 18728-D de 26/07/1949	Aprova os termos do contrato para locação ao Governo do Estado, de um prédio situado à Rua Anastácio, 146 nesta Capital, para no mesmo funcionar o Centro de Saúde da Lapa, do Departamento de Saúde.
Decreto 18752-A de 11/08/1949	Aprova os termos do contrato para locação ao Governo do Estado de um prédio situado à Rua Antonio Mourão, 243, em Leme, destinado ao funcionamento do Posto de Assistência Médico-Sanitária local, do Departamento de Saúde.
Decreto 18752-B de 11/08/1949	Aprova os termos do contrato para locação ao Governo do Estado, de um prédio situado à Rua Conselheiro Saraiva, 664 em Limeira para nele ser instalado o Centro de Saúde local, do Departamento de Saúde.
Decreto 18781 de 19/08/1949	Aprova os termos do contrato para locação ao Governo do Estado, de um prédio situado à Rua Boaventura do Amaral, 1348, em Campinas, destinado à instalação do Centro de Saúde local, do Departamento de Saúde.
Decreto 18782 de 19/08/1949	Aprova os termos do contrato para locação ao Governo do Estado, de um prédio situado à Rua José Pinto de Almeida, 1028, em Piracicaba, destinado à instalação do Centro de Saúde local, do Departamento de Saúde.
Decreto 18782-B de 23/08/1949	Aprova os termos do contrato para locação ao Governo do Estado, de um prédio situado à Av. São Paulo, 254 em Martinópolis destinado à instalação do Posto de Assistência Médico-Sanitária local, do Departamento de Saúde.

Dispositivo legal	Ementa
Decreto 18809 de 06/09/1949	Aprova os termos do contrato para locação ao Governo do Estado, de um prédio situado à Rua Arrire Ortiz Monteiro, 42 em Taubaté, destinado ao funcionamento do Centro de Saúde local, do Departamento de Saúde.
Decreto 18810 de 06/09/1949	Aprova os termos do contrato para locação ao Governo do Estado, de um prédio situado à Rua General Osório, 85 em Piracaia, destinado à instalação do Posto de Assistência Médico-Sanitária local, do Departamento de Saúde.
Decreto 18846 de 27/09/1949	Aprova os termos do contrato para locação ao Governo do Estado, de um prédio situado à Rua 10 de Novembro, s/nº destinado ao funcionamento, do Posto de Assistência Médico-Sanitária local do Departamento de Saúde.
Decreto 18847 de 27/09/1949	Aprova os termos do contrato para locação ao Governo do Estado, de um prédio situado à Av. Conselheiro Antonio Prado, 147, em Colina, destinado à instalação do Posto de Assistência Médico-Sanitária local do Departamento de Saúde.
Lei 480 de 06/10/1949	Concessão de auxílios a instituições médico-sociais do Estado, referentes ao exercício de 1948.
Lei 482 de 13/10/1949	Dispõe sobre concessão de auxílios médico-sociais do Estado, referentes ao exercício de 1948.
Lei 489 de 20/10/1949	Dispõe sobre desapropriação de imóvel situado no distrito de Perdizes, no município e comarca da Capital e necessário aos serviços da Repartição de Águas e Esgotos.
Lei 492 de 27/10/1949	Dispõe sobre concessão de subvenções pelo Serviço Social do Estado.
Lei 518 de 1º/12/1949	Declara de utilidade pública a Associação dos Sanatórios Populares.
Lei 519 de 1º/12/1949	Autoriza a Fazenda do Estado a doar, à Cruzada Pró-Infância, uma faixa de terreno onde está instalada a Diretoria de Assistência aos Psicopatas, nesta Capital.

Dispositivo legal	Ementa
Lei 530 de 09/12/1949	Dispõe sobre criação de doze Postos de Saúde, subordinados ao Departamento de Profilaxia da Lepra dos bairros de Vila Mariana e da Penha e os restantes no Interior nas cidades de Amparo, Botucatu, Cedral, Itatinga, Jundiá, Marília, Mogi das Cruzes, Paraibuna, Presidente Prudente, Rio Claro, São José do Rio Preto, São Sebastião e Tatuí.
Lei 568 de 28/12/1949	Cria uma Comissão de Planejamento de Saúde, Higiene e Assistência com a incumbência de elaborar o Plano Geral a que se refere o artigo 130 da Constituição do Estado.
Lei 576 de 30/12/1949	Dispõe sobre abertura de um crédito especial de Cr\$ 10.800.000,00 à Secretaria da Saúde Pública e Assistência Social, destinado a atender as despesas com a manutenção do Serviço Especial de Saúde, com ação no município de Araraquara.
Lei 590 de 31/12/1949	Autoriza o Poder Executivo a renovar, por intermédio da Secretaria da Viação e Obras Públicas com a The City of Santos Improven Company Limited, o contrato de abastecimento de águas das cidades de Santos, São Vicente, Cubatão e Guarujá e dá outras providências.
Lei 615 de 30/12/1949	Dispõe sobre concessão de diversos auxílios.
Decreto 18870 de 05/10/1949	Subordina o Sanatório – Colônia Santa Rita à Divisão do Serviço de Tuberculose.
Decreto 18940-D de 22/11/1949	Dispõe que se observe na execução da Lei 513 de 19/11/1949 a discriminação constante das tabelas anexas.
Decreto 19008-A de 14/12/1949	Aprova o Regulamento da Polícia Florestal do Estado da Secretaria da Agricultura, criada e organizada pelo artigo 15 do Decreto – Lei 13487 de 28/07/1943.
Decreto 19069 de 30/12/1949	Declara de utilidade pública terrenos situados no distrito, município e comarca de Ubatuba, destinados à proteção do manancial denominado “Córrego do Trapiche”.
Decreto 19077-A de 30/12/1949	Dá nova redação dos artigos 42 e 43 do Decreto 2763, de 19 de Janeiro de 1917.
Lei 610 de 02/01/1950	Autoriza o Governo do Estado a instituir um serviço especial e assistência aos médicos.

Dispositivo legal	Ementa
Lei 611 de 02/01/1950	Dispõe sobre a concessão de um Cr\$ 1.000.000,00 à Associação dos Sanatórios Populares de Campos do Jordão.
Lei 614 de 02/01/1950	Autoriza a Reitoria da Universidade de São Paulo a celebrar, em nome do Governo do Estado o convênio com o Serviço Nacional de Tuberculose, do Departamento Nacional de Saúde do Ministério da Educação e Saúde Pública.
Lei 621 de 04/01/1950	Dispõe sobre criação de 64 Postos de Assistência Médico-Sanitária, em municípios criados pela Lei 233, de 24 de Dezembro de 1948.
Lei 625 de 04/01/1950	Dispõe sobre concessão de um auxílio de Cr\$ 30.000,00 à Santa Casa de Misericórdia de Bernardino de Campos.
Lei 627 de 04/01/1950	Dispõe sobre criação do Departamento de Obras Sanitárias, na Secretaria da Viação e Obras Públicas e dá outras providências.
Lei 633 de 06/02/1950	Dispõe sobre concessão de auxílio à Bandeira Paulista Contra a Tuberculose.
Lei 634 de 06/02/1950	Dispõe sobre a concessão de auxílio à Associação Paulista de Assistência ao Doente de Lepra.
Lei 651 de 06/03/1950	Declara de utilidade pública a Bandeira Paulista Contra a Tuberculose e a Associação Paulista de Assistência ao Doente de Lepra.
Lei 652 de 06/03/1950	Dispõe sobre concessão de auxílio aos municípios, assolados por recentes trombas d'água.
Lei 659 de 13/03/1950	Declara de utilidade pública a Liga Paulista Contra a Tuberculose.
Lei 669 de 22/03/1950	Declara de utilidade pública, para fins de aquisição, terrenos necessários a obras de reforço do abastecimento de água da Capital e dá outras providências.
Decreto 19155-A de 06/02/1950	Aprova o Regulamento da Divisão do Serviço de Tuberculose, do Departamento de Saúde, da Secretaria de Estado da Saúde Pública e dá Assistência Social.
Lei 685 de 12/04/1950	Autoriza o Governo do Estado a proceder entrega de subvenções a instituições médico-sociais no Estado, referente ao exercício de 1943.

Dispositivo legal	Ementa
Lei 717 de 30/05/1950	Autoriza à Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, autoridade para verificação de óbitos.
Lei 728 de 12/06/1950	Abertura de crédito especial de Cr\$ 2.000.000,00 à Secretaria da Saúde Pública e da Assistência Social, destinado a atender ao custeio e funcionamento, no corrente ano, de Postos de Puericultura do Departamento Estadual da Criança.
Lei 729 de 12/06/1950	Considera de relevante valor humanitário a Bandeira Paulista Contra a Tuberculose.
Decreto 19380 de 27/04/1950	Aprova o Regulamento do Instituto “Adolfo Lutz”, do Departamento de Saúde da Secretaria de Estado da Saúde Pública e da Assistência Social.
Decreto 19489 de 15/06/1950	Transfere para o município da Capital o Posto Médico da Assistência Policial da Secretaria da Segurança Pública.
Lei 754 de 11/09/1950	Dispõe sobre concessão de um auxílio de Cr\$ 150.000,00 para instalação do 9º Congresso Brasileiro da Sociedade de Ortopedia e Traumatologia.
Lei 761 de 22/08/1950	Dispõe sobre a concessão de um auxílio de Cr\$ 500.000,00 ao Hospital Geral de Termas de Lindóia
Lei 769 de 24/08/1950	Dispõe sobre concessão de subvenções relativas a 1950, a entidades médico-sociais do Estado.
Lei 770 de 24/08/1950	Dispõe sobre concessão de um auxílio de Cr\$ 1.000.000,00 ao Sanatório São Vicente de Paulo, de Campos do Jordão.
Lei 775 de 24/08/1950	Autoriza o Governo do Estado a celebrar acordo com a União para a execução no Território do Estado, das disposições do Decreto-Lei Federal 7841 de 08 de Agosto de 1945 (Código de Águas Minerais) e dá outras providências.
Lei 783 de 30/08/1950	Dispõe sobre concessão de auxílios no corrente exercício, a diversas entidades médico-sociais do Estado.
Decreto 19576 de 18/07/1950	Estabelece medidas de combate à broca do café, elaboradas em obediência ao disposto no artigo 9º da Lei 86 de 27/02/1948.
Decreto 19701-B de 29/08/1950	Transfere unidades sanitárias de Delegacias de Saúde.
Decreto 19748 de 20/09/1950	Transfere unidade sanitária da Delegacia de Saúde.

Dispositivo legal	Ementa
Lei 812 de 25/10/1950	Dispõe sobre concessão de auxílio ao Asilo da Irmandade de São Vicente de Paulo, de Bragança Paulista.
Lei 813 de 28/10/1950	Autoriza o Poder Executivo a fornecer a particulares medicamentos e inseticidas destinados ao combate à malária e dá outras providências.
Lei 825 de 03/11/1950	Determina que o auxílio concedido pelo item 341, do artigo 1º da Lei 200, de 1º de Dezembro de 1948, fique destinado ao município de Rifaina, destinado à construção de um Posto de Puericultura.
Lei 849 de 16/11/1950	Atribui autoridade e competência a funcionários do Departamento de Saúde, da Secretaria da Saúde Pública e da Assistência Social.
Lei 852 de 24/11/1950	Orça a Receita e fixa a despesa do Estado para o exercício de 1951.
Lei 860 de 24/11/1950	Estabelece normas tendentes a evitar a contaminação e poluição das águas litorâneas ou interiores, correntes ou dormentes.
Lei 864 de 28/11/1950	Dispõe sobre concessão de um auxílio de Cr\$ 50.000,00 à Associação Brasileira de Enfermeiras Diplomadas e dá outras providências.
Lei 878 de 04/12/1950	Altera a redação do artigo 1º da Lei 519 de 1º/12/1949, cujo interessado é o Departamento de Assistência a Psicopatas.
Lei 894 de 13/12/1950	Dispõe sobre concessão de um auxílio de Cr\$ 200.000,00 à 2ª Jornada Pan-Americana de Gastroenterologia.
Lei 919 de 21/12/1950	Dispõe sobre concessão de um auxílio de Cr\$ 500.000,00 à Sociedade Beneficente Hospitalar São Caetano, com sede no município de Santo André e dá outras providências.
Lei 922 de 21/12/1950	Dispõe sobre concessão de subvenções a entidades assistenciais do Estado.
Lei 936 de 30/12/1950	Dispõe sobre medidas de caráter financeiro e dá outras providências.
Decreto 19964 de 17/11/1950	Dispõe que se observe na execução da Lei 830 de 14/11/1950 à discriminação constante das tabelas anexas.
Decreto 19969 de 21/11/1950	Declara de utilidade pública uma faixa de terreno situada nesta Capital, destinada aos serviços da Repartição de Águas e Esgotos.

Dispositivo legal	Ementa
Decreto 19101 de 13/01/1950	Dispõe que se observe, na execução das 514 e 561, respectivamente de 22 de novembro e 28 de dezembro de 1949, a discriminação da Receita e da Despesa constante das tabelas anexas.
Lei 938 de 04/01/1951	Concede vantagens do posto ou graduação imediatamente superior, aos militares da Força Pública do Estado que se reformarem por invalidez motivada por lepra, tuberculose, ozena ou pênfigo foliáceo.
Lei 942 de 24/01/1951	Declara de utilidade pública a Sociedade de Medicina Aplicada à Educação Física, com sede nesta Capital.
Lei 947 de 24/01/1951	Dispõe sobre retificação de nomes e importâncias de subvenções concedidas pela Lei 685, de 12/04/1940.
Lei 995 de 27/01/1951	Dispõe sobre concessão de auxílio.
Lei 963 de 29/01/1951	Estende a todos os funcionários públicos as vantagens da Lei 488 de 02 de outubro de 1949 desde que suas atribuições sejam excluídas sob o risco de contágio referido na Lei.
Lei 971 de 12/02/1951	Dispõe sobre concessão de auxílios a entidades assistenciais do Estado.
Lei 972 de 12/02/1951	Dispõe sobre a concessão de subvenção a entidades assistenciais do Estado.
Lei 973 de 12/02/1951	Dispõe sobre concessão de auxílios a entidades médico-sociais.
Decreto 20224 de 19/01/1951	Aprova o Regulamento do Serviço de Centros de Saúde da Capital, do Departamento de Saúde da Secretaria de Estado da Saúde Pública e da Assistência Social e dá outras providências.
Decreto 20240-A de 23/01/1951	Regulamenta o artigo 18 da Lei 93 de 1951, modificando o modo e tempo de arrecadação das taxas das águas e esgotos e dá outras providências.
Decreto 20278 de 30/01/1951	Dispõe sobre o pagamento de gratificação a funcionário incumbido de serviço especial com risco da saúde, de acordo com o artigo 8º do Decreto-Lei 14865, de 13 de Julho de 1945.
Decreto 20297 de 16/02/1951	Dispõe sobre concessão de gratificação referida no artigo 8º do Decreto-Lei 14865, de 13 de Julho de 1949 a funcionários que no desempenho normal de suas atribuições, lidem em caráter permanente, com cães raivosos ou que manipulem material contaminado, para efeito de diagnóstico.

Dispositivo legal	Ementa
Decreto 20313 de 20/02/1951	Declara de utilidade públicas imóveis situados no distrito, município e comarca de Jacareí, destinados a construção de oficinas para esportes do Proventório de Jacareí, do Departamento de Profilaxia da Lepra.
Decreto 20314 de 20/02/1951	Declara de utilidade pública um imóvel situado no distrito de Pariquera-Açu, município de Jacupiranga, comarca de Iguape, destinado à construção do Hospital Regional local.
Decreto 20359 de 07/03/1951	Reorganiza a Junta Executiva Regional do Conselho de Estatística e entre os membros representantes do Departamento de Saúde entre outros.
Lei 992 de 02/04/1951	Dá nova redação ao artigo 1º do Decreto-Lei 15020, de 06/09/1945 que isenta de todos os impostos estaduais as propriedades de valor não excedente de Cr\$ 100.000,00, pertencentes a hansenianos pobres internados em leprocômios do Estado.
Lei 995 de 13/04/1951	Dispõe sobre concessão de auxílios à Associação Paulista de Medicina no valor de 300.000,00, destinado a custeio de um Congresso médico a realizar-se nesta Capital.
Lei 1003 de 04/05/1951	Concessão de um auxílio de Cr\$ 100.000,00 à Liga Paulista de Combate à Tuberculose, de São José dos Campos.
Lei 1016 de 08/05/1951	Considera de utilidade pública a Associação Paulista de Odontopediatria.
Lei 1024 de 11/05/1951	Dispõe sobre a concessão de auxílio ao Hospital “Santa Terezinha” de Itatinga.
Lei 1026 de 11/05/1951	Dá nova redação ao item 72 do artigo 1º da Lei 200 de 1º de Dezembro de 1948.
Lei 1033 de 23/05/1951	Dá nova redação ao item 1056, da Lei 615 de 30 de Dezembro de 1945 que concede auxílio ao Hospital de Caridade e Maternidade Nossa Senhora das Graças de Itapeva.
Lei 1090 de 26/06/1951	Dá nova redação ao item 846, do artigo 1º da Lei 971, de 12/02/1951, que dispõe sobre concessão de auxílios a entidades assistenciais do Estado.
Lei 1091 de 26/06/1951	Dispõe sobre abertura de crédito especial de Cr\$ 15.000.000,00 à Secretaria da Saúde Pública e Assistência Social, destinado à instalação de postos de puericultura no Estado e à aquisição de veículos para os postos volantes.

Dispositivo legal	Ementa
Decreto 20472 de 07/05/1951	Declara de utilidade pública imóveis situada na Vila de Pariquera-Açu, município de Jacupiranga, comarca de Iguape, necessários à ampliação do Hospital Regional de Pariquera-Açu.
Decreto 20473 de 07/05/1951	Aprova o contrato de locação de prédio, destinado à instalação de dependências do Departamento Médico.
Decreto 20501 de 10/05/1951	Declara de utilidade pública a fim de serem desapropriadas pela Fazenda do Estado, duas áreas de terrenos necessárias aos serviços de abastecimento de água da Capital.
Decreto 20518-A de 16/05/1951	Torna insubsistente o Decreto nº 20298 de 16/02/1951, que transferiu unidade sanitária de Delegacia de Saúde.
Decreto 20583 de 19/06/1951	Aprova Regimento do Departamento de Obras Sanitárias da Secretaria de Estado dos Negócios da Viação e Obras Públicas, de conformidade com o artigo 9º da Lei 627 de 04/01/1950.
Decreto 20584-A de 19/06/1951	Dá denominação de Hospital “Arruda Rosa”, ao Hospital de Tratamento “Francisco de Arruda Rosa” de Campinas.
Lei 1121 de 06/07/1951	Concessão de um auxílio de Cr\$ 100.000,00 à Associação Paulista de Homeopatia, desta Capital, para atender às despesas com a realização do 3º Congresso Brasileiro de Homeopatia.
Lei 1139 de 23/07/1951	Dá nova redação ao item 847 do artigo 1º da Lei 971 de 12/1951.
Lei 1143 de 23/07/1951	Autoriza a Fazenda do Estado a doar, ao município de Bebedouro, área situada no perímetro urbano daquela cidade, determinada a construção de prédio para o Posto de Puericultura.
Lei 1173 de 21/08/1951	Dispõe sobre concessão de um auxílio de Cr\$ 150.000,00 à Maternidade “Dona Maria Perpétua Piedade Gonçalves” de Santa Cruz do Rio Pardo.
Decreto 20670 de 07/08/1951	Regulamenta os concursos anuais destinados à concessão de prêmios aos lavradores que realizarem serviços de conservação de solos, em suas propriedades agrícolas.
Decreto 20691 de 07/08/1951	Declara de utilidade pública imóveis situados no bairro e freguesia de Santana, município e comarca da Capital, necessários ao desenvolvimento das instalações do Serviço do Pênfigo Foliáceo do Departamento de Profilaxia da Lepra.

Dispositivo legal	Ementa
Decreto 20766 de 13/09/1951	Altera dispositivos do Regulamento do Serviço de Centros de Saúde da Capital, do Departamento de Saúde, aprovado pelo Decreto 20224 de 19/01/1951.
Decreto 20770 de 17/09/1951	Declara de utilidade pública um terreno situado no distrito e município de Manduri, Comarca de Piraju, destinado à construção do prédio para o Centro de Saúde local.
Decreto 20781 de 20/09/1951	Institui Comissão Executiva do acordo entre o Ministério da Educação e Saúde e o Governo do Estado para a Campanha de Educação Rural entre os adolescentes e adultos.
Decreto 20796 de 25/09/1951	Declara de utilidade pública a fim de serem desapropriadas pela Fazenda do Estado, duas áreas de terrenos, necessárias aos serviços de abastecimento de água da Capital.
Lei 1200 de 09/10/1951	Declara de utilidade pública a Associação dos Enfermeiros do Estado de São Paulo, com sede nesta Capital.
Lei 1203 de 09/10/1951	Dá nova redação nos itens 874 e 954 do artigo 1º da Lei 955 de 27/01/1951.
Lei 1207 de 09/10/1951	Dá nova redação aos itens 1769 do artigo 1º da Lei 955 de 27/01/1951 e 640 do artigo 1º da Lei 971 de 12/02/1951.
Lei 1208 de 09/10/1951	Dispõe sobre a criação de um Centro de Saúde no 23º Subdistrito da Capital (Tucuruvi).
Lei 1213 de 12/10/1951	Concessão de um auxílio especial de Cr\$ 300.000,00 ao Colégio Internacional de Cirurgiões Capitulo Brasileiro, para a realização do seu 1º Congresso Nacional a realizar-se de 27 a 30 de Setembro de 1951.
Lei 1219 de 12/10/1951	Autoriza a Fazenda do Estado a adquirir, por doação, do município de Jundiá, imóveis destinados à construção do edifício da Inspeção Regional do Departamento da Lepre.
Lei 1220 de 16/10/1951	Dispõe sobre concessão de auxílios no corrente exercício.
Lei 1222 de 16/10/1951	Concessão de auxílio de Cr\$ 300.000,00 à Prefeitura Municipal de Campinas para fazer face às despesas hospitalares e de medicamentos prestados aos feridos da catástrofe ocorrida no “Crime Renik”, e dá outras providências.

Dispositivo legal	Ementa
Lei 1223 de 16/10/1951	Autoriza a Fazenda do Estado a adquirir por doação, do Hospital São Paulo, imóvel e benfeitorias situadas no município de Paulo de Faria.
Lei 1224 de 16/10/1951	Dispõe sobre criação do Hospital Regional do Vale do Ribeira, que terá por sede a Vila de Pariquera-Açu
Lei 1297 de 16/11/1951	Dispõe sobre medidas de caráter financeiro.
Lei 1317 de 04/12/1951	Atribui ao Serviço de Profilaxia da Malária, todos os encargos relacionados com a profilaxia da moléstia de chagas e dá outras providências.
Lei 1327 de 06/12/1951	Dá nova redação ao item 1206 do artigo 1º da Lei 615 de 30 de Dezembro de 1949.
Lei 1351 de 14/12/1951	Declara de utilidade pública a Santa Casa de Misericórdia de Santo Amaro, subdistrito desta Capital.
Lei 1353 de 14/12/1951	Altera a redação do item 853 do artigo 1º da Lei 615, de 30/12/1949 que destina a importância de Cr\$ 10.000,00 para construção do prédio do Posto de Puericultura.
Lei 1356 de 14/12/1951	Dá nova redação ao item 31 do artigo 1º da Lei 971 de 12/02/1951 e dá outras providências.
Lei 1415 de 21/12/1951	Dispõe sobre criação de um Dispensário de Tuberculose, na cidade de Itapetininga.
Lei 1419 de 24/12/1951	Considera de utilidade pública o “Centro de Estudos dos Médicos da Divisão de Tuberculose do Estado de São Paulo”.
Lei 1467 de 26/12/1951	Dispõe sobre a organização e finalidades da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto, da Universidade de São Paulo.
Lei 1481 de 26/12/1951	Dispõe sobre concessão de subvenções relativas a 1951, a entidades médico-sociais devidamente registradas no Serviço de Medicina Social.
Lei 1487 de 26/12/1951	Dispõe sobre concessão de auxílios especiais relativos a 1951, a entidades médico-sociais, devidamente registradas no Serviço de Medicina Social.
Lei 1488 de 26/12/1951	Dispõe sobre concessão de subvenções a instituições assistenciais.

Dispositivo legal	Ementa
Lei 1505 de 28/12/1951	Dispõe sobre isenção de todos os impostos estaduais das propriedades de valor não excedentes de Cr\$ 100.000,00, pertencentes a cegos e tuberculosos internados em sanatórios.
Lei 1506 de 28/12/1951	Dispõe sobre concessão de diversos auxílios no corrente exercício.
Lei 1555 de 29/12/1951	Dispõe sobre criação, no Departamento de Saúde, da Inspeção dos Serviços de Raios X e substâncias Radioativas.
Lei 1557 de 29/12/1951	Dispõe sobre contagem de tempo de serviço aos funcionários civis que servirem no presídio da Ilha Anchieta, no Depósito de unidades e centros e Sanatório de Tuberculose.
Lei 1561-A de 29/12/1951	Dispõe sobre aprovação da Codificação das Normas Sanitárias para Obras e Serviços (C.N.S.C.S.) e dá outras providências.
Decreto 20837 de 16/10/1951	Declara de utilidade pública, a fim de serem desapropriados pela Fazenda do Estado, áreas de terrenos necessárias aos serviços de abastecimento de água da Capital.
Decreto 20855 de 17/10/1951	Dispõe sobre providências para a execução no Estado, da padronização do leite destinado ao consumo.
Decreto 20868 de 18/10/1951	Organiza o Conselho Estadual de Higiene e Segurança do Trabalho.
Decreto 20943 de 13/11/1951	Dispõe sobre admissão de dentista mensalista nos Sanatórios e Postos do Departamento de Profilaxia da Lepra e dá outras providências.
Decreto 21014 de 10/12/1951	Dispõe sobre desapropriação de uma área de terreno situada no bairro de Vila Prudente, 27º Subdistrito do Distrito, Município e Comarca da Capital, necessária aos serviços de abastecimento de água da Capital.
Decreto 21066 de 19/12/1951	Dispõe sobre a abertura de crédito especial de Cr\$ 5.000.000,00, à Secretaria da Saúde Pública e dá Assistência Social, destinado ao Serviço de Profilaxia da Malária relacionado com a profilaxia da Moléstia de Chagas.
Lei 1212 de 12/10/1951	Dispõe sobre o reajustamento de verbas do Orçamento vigente.
Lei 1298 de 16/11/1951	Orça a Receita e fixa a Despesa do Estado, para o exercício de 1952.

Dispositivo legal	Ementa
Decreto 20830 de 12/10/1951	Dispõe que se observe na execução da Lei 1212 de 12/10/1951 a discriminação constante das tabelas anexas.
Decreto 20973 de 28/11/1951	Dispõe que se conserve, na execução da Lei 1298, de 16/11/1951 a discriminação da Receita e da Despesa constante das tabelas anexas.
Lei 1562 de 02/01/1952	Dispõe sobre a abertura de crédito especial de Cr\$ 2.000.000,00 à Secretaria da Saúde Pública e da Assistência Social, destinado a atender ao custeio e funcionamento fluente exercício de Postos de Puericultura do Departamento Estadual da Criança, instalados no Interior do Estado.
Lei 1566 de 1º/04/1952	Dispõe sobre concessão de um auxílio de Cr\$ de 300.000,00 à Fundação Brasileira de Otorrinolaringologia e dá outras providências.
Lei 1570 de 30/04/1952	Declara de utilidade pública a Cruzada Bandeirante Contra a Tuberculose, com sede na Capital.
Lei 1590 de 27/05/1952	Dispõe sobre aprovação de acordo celebrado entre o Governo da União e do Estado de São Paulo, para execução de serviços públicos relativos às medidas de defesa sanitária vegetal no Interior deste Estado.
Lei 1607 de 09/06/1952	Autoriza a Fazenda do Estado a adquirir, por doação, da Prefeitura Municipal de Pinhal, imóvel situado naquele município, para nele se construir prédio próprio para sede do Centro de Saúde e Dispensário de Tuberculose.
Lei 1609 de 09/06/1952	Dá nova redação aos itens 178 e 203 do artigo 1º da Lei 955, de 27/01/1951.
Decreto 21180 de 05/02/1952	Declara de utilidade pública um imóvel situado nesta Capital destinado à instalação do Instituto de Puericultura, localizado à Rua Conselheiro Nébias, 1355, esquina com Alameda Ribeiro da Silva.
Decreto 21341 de 15/04/1952	Dispõe sobre concessão de gratificação referida no artigo 8º do Decreto-Lei 14865 de 13/07/1945, aos servidores em exercício nas dependências da Secretaria de Estado da Saúde Pública e da Assistência Social.
Decreto 21391 de 12/05/1952	Abre um crédito especial de Cr\$ 5.356.000,00, destinado às despesas com a execução do Plano Quadrienal de Administração.

Dispositivo legal	Ementa
Decreto 21409 de 20/05/1952	Declara de utilidade pública, um imóvel situado no distrito de Vargem, município e comarca de Bragança Paulista destinada à construção do prédio para Posto Hospital e Grupo Escolar.
Decreto 21441 de 05/06/1952	Dispõe sobre desapropriação de área de terreno situada no distrito, município e comarca de Bragança Paulista, destinada à ampliação do Centro de Saúde e Ginásio do Estado.
Decreto 21444 de 05/06/1952	Dispõe sobre desapropriação de áreas de terrenos situadas no distrito de Pariquera-Açu, município de Jacupiranga, comarca de Iguape, necessárias ao serviço de captação de água, para abastecimento do Hospital de Clínica Geral do Vale do Ribeira.
Decreto 21518 de 30/06/1952	Dispõe sobre desapropriação de imóvel situado no distrito e município de Jarinu, comarca de Atibaia, necessário à construção do prédio destinado ao Posto Hospital de Jarinu.
Decreto 21519 de 30/06/1952	Dispõe sobre desapropriação de imóvel situado no distrito e município de Nazaré Paulista, comarca de Atibaia, necessário à construções de prédios destinados ao Posto Hospital e Posto de Puericultura de Nazaré Paulista.
Lei 1646 de 11/07/1952	Dá nova redação aos itens n°: 103, 228, 288, 374, 450, 469, 1632, 1768, e 1915, do artigo 1° da Lei 955 de 27/01/1951.
Lei 1657 de 22/07/1952	Dá nova redação ao item 156 do artigo 1° da Lei 971, de 12/02/1951.
Lei 1658 de 22/07/1952	Dá nova redação ao item 387 do artigo 1° da Lei 615 de 30 de Dezembro de 1949.
Lei 1661 de 22/07/1952	Dispõe sobre abertura de um crédito especial de Cr\$ 5.000.000,00 à Secretaria da Saúde Pública e da Assistência Social, destinado a atender às despesas com aparelhamento do Departamento de Saúde para enfrentar surtos epidêmicos idênticos aos que se tem verificado ultimamente.
Lei 1662 de 22/07/1952	Dá nova redação ao artigo 1° da Lei 1003 de 04/05/1951 destinado à Liga de Assistência Social e Combate à Tuberculose de São José dos Campos.
Lei 1664 de 22/07/1952	Autoriza o Poder Executivo a abrir um crédito especial de Cr\$ 3.600.000,00 à Secretaria da Saúde Pública e da Assistência Social.

Dispositivo legal	Ementa
Lei 1667 de 31/07/1952	Declara de utilidade pública a Associação Antialcoólica – A/A, com sede na Capital.
Lei 1669 de 31/07/1952	Autoriza a Fazenda do Estado a adquirir por doação, da Santa Casa de Misericórdia e Maternidade de Promissão, em imóvel situado naquela cidade, para nele se instalar um Hospital Regional de Clínica Geral.
Lei 1672 de 31/07/1952	Dá nova redação ao item 1058, do artigo 1º da Lei 615 de 30/12/1940.
Lei 1676 de 31/07/1952	Passa a denominar-se Educandário Jacareí o Preventório de igual nome, subordinado ao Departamento de Profilaxia da Lepra, da Secretaria da Saúde Pública e da Assistência Social.
Lei 1695 de 18/08/1952	Autoriza a Fazenda do Estado a adquirir, por doação da Associação Beneficente “Padre Anchieta”, imóvel situado no município de São Bernardo do Campo, constituído de terreno e de um hospital em adiantada fase de construção.
Lei 1714 de 25/08/1952	Dá nova redação ao artigo 2º da Lei 658, de 28/12/1949, que cria a Comissão de Planejamento de Saúde, Higiene e Assistência.
Lei 1715 de 25/08/1952	Dá nova redação aos artigos 1054 e 1058 do Decreto-Lei 15642 de 09/02/1946.
Lei 1721 de 1º/09/1952	Dá nova redação ao item 1769, do artigo 1º da Lei 955, de 27/01/1951.
Lei 1790 de 29/09/1952	Dá nova redação ao inciso II do nº 97 do artigo 1º da Lei 1506, de 18/12/1951.
Decreto 21522 de 1º/07/1952	Dispõe sobre a organização de unidades agro-médico-sociais para assistência às populações rurais.
Decreto 21571 de 22/07/1952	Dispõe sobre a execução, no Estado do Regulamento da Inspeção Industrial e Sanitária dos Produtos de Origem Animal, baixado com o Decreto Federal 30691 de 29/03/1952.
Decreto 21573 de 22/07/1952	Abre um crédito especial de Cr\$ 5.550.000,00 à Secretaria da Agricultura, destinado às despesas com a organização e funcionamento no interior do Estado de vinte unidades agro-médico-sociais com a execução do Plano Quadrienal.

Dispositivo legal	Ementa
Decreto 21617 de 06/08/1952	Dispõe sobre abertura de crédito especial de Cr\$ 3.600.000,00 à Secretaria de Saúde Pública e da Assistência Social, destinado a atender à majoração, decorrente da Lei 631 de 09/01/1950 da despesa de manutenção do Serviço Especial de Saúde de Araraquara.
Decreto 21637 de 12/08/1952	Dispõe sobre desapropriação de imóvel situado no distrito de Bom Jesus dos Perdões, município de Nazaré Paulista, comarca de Atibaia, necessário à construção de prédio destinado ao Posto Hospital de Bom Jesus dos Perdões.
Decreto 21658 de 19/08/1952	Dispõe sobre desapropriação de imóvel situado no distrito e município de Jardinópolis, comarca de Batatais, necessário à construção de prédio destinado ao Posto de Puericultura de Jardinópolis.
Decreto 21659 de 19/08/1952	Dispõe sobre desapropriação de imóvel situado no distrito e município de Nova Aliança, comarca de São José do Rio Preto, necessário à construção de prédio destinado ao Posto de Puericultura de Nova Aliança.
Decreto 21684 de 30/08/1952	Dispõe sobre desapropriação de imóvel situado no distrito, município e comarca de Eldorado Paulista, necessário à construção de prédio destinado ao Posto de Puericultura de Eldorado Paulista.
Lei 1839 de 20/10/1952	Dispõe sobre concessão de auxílio de Cr\$ 50.000,00 à Sociedade de Medicina Aplicada à Educação Física, com sede nesta Capital.
Lei 1837 de 20/10/1952	Dispõe sobre concessão de auxílio, no corrente exercício, e dá outras providências.
Lei 1835 de 20/10/1952	Dá nova redação ao n° 48 do artigo 1° da Lei 1506 de 28 de Dezembro de 1951 e dá outras providências.
Lei 1856 de 28/10/1952	Cria, no Instituto de Previdência do Estado, como entidade autárquica o Departamento de Assistência Médica do Servidor Público do Estado, DAIMSPE, e dá outras providências.
Lei 1868 de 04/11/1952	Dispõe sobre denominação do Posto de Puericultura de Guarulhos que passa a denominar-se “Posto de Puericultura Maria Tevolino”.
Lei 1875 de 13/11/0952	Orça a Receita e fixa a Despesa do Estado para o exercício de 1953.
Lei 1896 de 14/11/1952	Dispõe sobre concessão de auxílio à Santa Casa de Misericórdia de Mogi - Mirim.

Dispositivo legal	Ementa
Lei 1905 de 24/11/1952	Dispõe sobre concessão de diversos auxílios, no corrente exercício.
Lei 1922 de 1º/12/1952	Autoriza a Fazenda do Estado a receber da Prefeitura Municipal de Echaporã, um hospital denominado “Hospital Rural” e respectivos terrenos.
Lei 1924 de 1º/12/1952	Dispõe sobre aquisição de imóvel por doação da Prefeitura Municipal de Araraquara, destinados ao Serviço Especial de Saúde.
Lei 1928 de 1º/12/1952	Dá nova redação ao inciso II do Artigo 1º da Lei 1506 de 28/12/1951.
Lei 1945 de 04/12/1952	Declara de utilidade pública a União dos Enfermeiros Católicos.
Lei 1950 de 04/12/1952	Dispõe sobre aquisição de imóvel por doação da Prefeitura Municipal de Iacanga, para nele se construir prédio para o Posto de Puericultura local.
Lei 1951 de 04/12/1952	Dá nova redação ao inciso II do parágrafo nº 172 do artigo 1º da Lei 1506 de 28/12/1951.
Lei 1963 de 15/12/1952	Autoriza o Poder Executivo a conceder, no corrente exercício, diversos auxílios a instituições.
Lei 1967 de 15/12/1952	Dispõe sobre concessão de auxílio.
Lei 1978 de 18/12/1952	Dispõe sobre a abertura de um crédito especial de Cr\$ 16.200.000,00 à Secretaria da Saúde Pública e de Assistência Social destinado a atender às despesas com o Serviço de Saúde de Araraquara.
Lei 1982 de 19/12/1952	Dispõe sobre a criação do Conselho Estadual de Assistência Hospitalar na Secretaria da Saúde Pública e da Assistência Social, e dá outras providências.
Lei 1984 de 19/12/1952	Dispõe sobre concessão de auxílios especiais a entidades médico-hospitalares.
Lei 1985 de 19/12/1952	Dispõe sobre aquisição de imóvel situado no município de São Vicente, Comarca de Santos, e onde funciona o Posto de Malária.
Lei 1998 de 19/12/1952	Dispõe sobre concessão de auxílios no corrente exercício.

Dispositivo legal	Ementa
Lei 2005 de 20/12/1952	Dispõe sobre a concessão de auxílio a diversas entidades.
Lei 2008 de 20/12/1952	Dispõe sobre concessão de auxílio de Cr\$ 120.000,00 à Comissão Organizadora das Jornadas Médicas Luso Brasileiras.
Lei 2013 de 20/12/1952	Dispõe sobre medidas de caráter financeiro.
Lei 2015 de 22/12/1952	Dispõe sobre a encampação do serviço abastecimento de água de Santos e Cubatão de que é concessionária a “The City of Santos Improvements Co. Ltda.”
Lei 2020 de 23/12/1952	Reorganiza o Departamento Médico da Secretaria do Governo e dá outras providências.
Lei 2022 de 24/12/1952	Dispõe sobre concessão de auxílio.
Lei 2024 de 24/12/1952	Dispõe sobre concessão de auxílio na importância de Cr\$ 660.000,00 a várias instituições assistenciais e desportivas.
Lei 2025 de 24/12/1952	Dispõe sobre aquisição de imóvel por doação, situado no município de Botucatu.
Lei 2034 de 24/12/1952	Dispõe sobre aquisição de imóvel, por doação, para nele se construir prédio para funcionamento da Delegacia de Saúde.
Lei 2037 de 24/12/1952	Dispõe sobre criação de uma Escola de Auxiliar de Enfermagem no Hospital Central de Juqueri, do Departamento de Assistência à Psicopatas.
Lei 2038 de 24/12/1952	Dispõe sobre a execução de instalações de águas e esgotos em prédios da Capital.
Lei 2045 de 24/12/1952	Dispõe sobre concessão de auxílio à Associação Brasileira de Enfermeiras Diplomadas, Seção de São Paulo.
Lei 2061 de 24/12/1952	Dispõe sobre reestruturação da carreira de Educador Sanitário.
Lei 2062 de 24/12/1952	Dispõe sobre concessão de um auxílio de Cr\$ 674.010,00 aos lavradores do município de Piracicaba, cujas culturas sofreram danos em consequência da chuva de granizo que desabou em 1950.

Dispositivo legal	Ementa
Lei 2073 de 24/12/1952	Autoriza o uso do ácido benzóico e seus compostos como substância conservadora, dentro dos limites e casos previstos no regulamento aprovado pelo Decreto-Lei 15652 de 09/02/1946.
Lei 2086 de 24/12/1952	Dispõe sobre concessão de subvenções a entidades médico-sociais do Estado.
Lei 2118 de 27/12/1952	Dispõe sobre criação de um Dispensário de Tuberculose, em Barretos.
Lei 2119 de 27/12/1952	Cria um Dispensário de Tuberculose na cidade de Tatuí.
Lei 2122 de 27/12/1952	Dispõe sobre concessão de auxílio no corrente exercício.
Lei 2125 de 29/12/1952	Dispõe sobre criação de um Dispensário de Tuberculose em Jaú.
Lei 2126 de 29/12/1952	Dispõe sobre a proibição do uso de buzinas e instrumentos sonoros dos veículos em geral.
Decreto 21755 de 07/10/1952	Dispõe sobre a desapropriação de uma área de terreno situada no distrito, município de General Salgado, comarca de Monte Aprazível, necessário à construção de prédio destinado ao Posto de Puericultura de General Salgado.
Decreto 21774 de 14/10/1952	Dispõe sobre desapropriação de imóveis situados no distrito o município de Registro, comarca de Iguape, necessários à construção de prédio destinado ao Posto de Puericultura de Registro.
Decreto 1775 de 14/10/1952	Dispõe sobre a desapropriação de imóvel situado no distrito e município de Ipauçu, comarca de Santa Cruz do Rio Pardo, necessário à construção de prédio destinado ao Posto de Puericultura de Ipauçu.
Decreto 21790 de 21/10/1952	Dispõe sobre abertura, na Secretaria da Fazenda, de um crédito especial de Cr\$ 10.000.000,00, destinado à concessão de um auxílio à Associação Maternidade de São Paulo.
Decreto 21793 de 22/10/1952	Dispõe sobre abertura, na Secretaria da Fazenda, de um crédito especial de Cr\$ 7.500.000,00, destinado, à concessão de um auxílio à Associação Paulista de Combate ao Câncer.

Dispositivo legal	Ementa
Decreto 21794 de 22/10/1952	Dispõe sobre abertura na Secretaria da Fazenda, de um crédito especial de Cr\$ 10.000.000,00, destinado à concessão de um auxílio extraordinário à Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de São Paulo.
Decreto 21797 de 22/10/1952	Dispõe sobre a desapropriação de um imóvel situado no distrito, município e comarca de Nova Granada, necessário à construção de prédio destinado ao Posto de Puericultura.
Decreto 21833-B de 04/11/1952	Dispõe sobre desapropriação de um terreno situado no distrito, município e Comarca de Itaporanga, necessário à construção de um prédio destinado ao Posto de Puericultura.
Decreto 21834 de 05/11/1952	Dispõe que se observe, na execução da Lei 1854, de 27/10/1952, conforme discriminação constante das tabelas anexas.
Decreto 21843 de 11/11/1952	Dispõe sobre a desapropriação de um imóvel situado no distrito, município e comarca de Piratininga, necessários à construção de prédio destinado ao Posto de Puericultura.
Decreto 21844 de 11/11/1952	Dispõe sobre desapropriação de um imóvel situado no distrito e município de Altinópolis, comarca de Batatais, necessário à construção de um prédio destinado à instalação do Posto de Puericultura de Altinópolis.
Decreto 21883 de 26/11/1952	Dispõe sobre abertura de crédito especial de Cr\$ 3.600.000,00 à Secretaria da Saúde Pública e da Assistência Social, destinado a atender à majoração de despesa de manutenção do Serviço Especial de Saúde de Araraquara.
Decreto 21884 de 26/11/1952	Dispõe sobre abertura, na Secretaria da Saúde Pública e da Assistência Social, de um crédito extraordinário de Cr\$ 5.000.000,00 destinado a ocorrer às despesas já verificadas e por serem atendidas no combate ao surto de paralisia infantil, verificado no Interior do Estado.
Decreto 21896 de 03/12/1952	Dispõe sobre abertura de crédito especial de Cr\$ 105.000,00, destinado a ocorrer às despesas com a reforma de um prédio existente em terrenos da Faculdade de Medicina para a instalação da “Liga de Combate à Sífilis” e de cursos preparatórios mantidos pelo Centro Acadêmico “Oswaldo Cruz”.

Dispositivo legal	Ementa
Decreto 21917 de 16/12/1952	Confere ao Professor Henrique da Rocha Lima, o título de “Servidor Emérito do Estado” pelos inúmeros trabalhos especializados de grande repercussão nos meios científicos nacionais e internacionais.
Decreto 21927 de 18/12/1952	Dispõe sobre a desapropriação de imóveis situados no distrito, município e comarca de Novo Horizonte, necessários à construção de prédio destinado ao Posto de Puericultura.
Decreto 21934 de 30/12/1952	Dispõe sobre abertura, na Secretaria da Fazenda à Secretaria do Governo, de um crédito de Cr\$ 120.000,00, suplementar à verba nº 18-8.98.4. Do orçamento destinado à concessão de um auxílio à Comissão Organizadora das Jornadas Médicas Luso-Brasileiras.
Resolução 337 de 30/10/1952	Nomeia o Professor Augusto Leopoldo Airoso Galvão para membro da Comissão de Planejamento da Saúde, Higiene e Assistência de conformidade com a Lei 568 de 28/12/1949 que criou a Comissão de Planejamento de Saúde, Higiene e Assistência.
Lei 1950 de 04/12/1952	Dispõe sobre aquisição de imóvel, por doação situado no município de Iacanga, necessário para nele se construir prédio para funcionamento do Posto de Puericultura de Iacanga, situado na Av. Tiradentes.
Decreto 21953 de 27/12/1952	Dispõe sobre desapropriação de imóvel situado no distrito, município e comarca de José Bonifácio, necessário à construção de prédio destinado ao Posto de Puericultura.
Decreto 21971 de 30/12/1952	Dispõe sobre abertura, na Secretaria da Fazenda, à Secretaria da Saúde Pública e da Assistência Social, de um crédito especial de Cr\$ 16.200.000,00, destinado a atender às despesas com o Serviço de Saúde de Araraquara.
Decreto 21973 de 30/12/1952	Dispõe sobre abertura, na Secretaria da Fazenda, de um crédito especial de Cr\$ 100.000,00 destinado à concessão de um auxílio à Associação Brasileira de Enfermeiras Diplomadas, Seção de São Paulo, para realização do VI Congresso Nacional de Enfermagem, a instalar-se nesta Capital.
Decreto 21981 de 30/12/1952	Dispõe sobre abertura, na Secretaria da Fazenda à Secretaria da Viação e Obras Públicas, de um crédito especial de Cr\$ 60.000.000,00, destinado a atender às despesas decorrente da ? Do Serviço de Abastecimento de água de Santos.

Dispositivo legal	Ementa
Resolução 342 de 10/12/1952	Dispõe sobre a nomeação de Comissão para regulamentar e executar a Lei 1856 de 28/10/1952, que criou o Departamento de Assistência Médica ao Servidor Público do Estado (DAMSP).
Decreto 21911 de 12/12/1952	Dispõe que se observe, na execução da Lei 1875, de 13/11/1952, a discriminação da Receita e da Despesa constantes das tabelas anexas.
Lei 2128 de 02/01/1953	Autoriza o Governo do Estado a participar de uma Fundação de Assistência Hospitalar e dá outras providências.
Decreto 22010 de 28/01/1953	Dispõe sobre a desapropriação de imóveis situados em Vila Romana, Alto da Lapa, distrito, município e comarca da Capital, necessários a serviços de abastecimento de água da Capital.
Decreto 22017 de 28/01/1953	Dispõe sobre desapropriação de um imóvel situado na Capital do Estado de São Paulo, à Rua Vitorino Carmilo, 599, necessário à instalação do Centro de Saúde de Santa Cecília da Secretaria da Saúde Pública e da Assistência Social.
Decreto 22018 de 28/01/1953	Dispõe sobre a desapropriação de um imóvel situado no distrito e município de Macatuba, comarca de Pederneiras, necessário à construção do prédio destinado ao Posto de Puericultura de Macatuba.
Decreto 22019 de 28/01/1953	Dispõe sobre a desapropriação de um imóvel situado no distrito e município de Potirendaba, comarca de São José do Rio Preto, necessário à construção de prédio destinado ao Posto de Puericultura de Potirendaba.
Decreto 22020 de 28/01/1953	Dispõe sobre a desapropriação de um imóvel situado no distrito e município de São Miguel Arcanjo, comarca de Itapetininga, necessário à construção de prédio destinado ao Posto de Puericultura de São Miguel Arcanjo.
Decreto 22025 de 02/02/1953	Dá novo regulamento aos concursos anuais destinados à concessão de prêmios aos lavradores que realizarem serviços de conservação de solos em suas propriedades agrícolas.
Decreto 22028 de 04/02/1953	Dispõe sobre abertura, na Secretaria da Fazenda, de um crédito especial de Cr\$ 10.000.000,00, destinado a prestar assistência hospitalar à criança e ao estudo de seus problemas médico-hospitalares.

Dispositivo legal	Ementa
Decreto 22045 de 11/02/1953	Dispõe sobre a desapropriação de um imóvel situado no distrito e município de Cravinhos, comarca de Ribeirão Preto, necessário à construção de prédio destinado ao Posto de Puericultura de Cravinhos.
Decreto 22046 de 11/02/1953	Dispõe sobre desapropriação de um terreno situado no distrito e município de Lins, destinado à construção de um prédio para o posto de Puericultura.
Decreto 22052 de 12/02/1953	Abre à Secretaria da Viação e Obras Públicas um crédito especial de Cr\$ 120.000.000,00, destinado às despesas com a Execução do Plano Quadrienal de Administração a cargo da Repartição de Águas e Esgotos da Capital.
Decreto 22068 de 24/02/1953	Aprova o Regulamento do Conselho Estadual de Assistência Hospitalar da Secretaria de Estado da Saúde Pública e da Assistência Social.
Decreto 22076 de 25/02/1953	Dispõe sobre desapropriação de imóvel situado no distrito e município de Gracinópolis, comarca de Lucélia, necessário à construção de prédio destinado ao Centro de Saúde de Gracinópolis.
Decreto 22079 de 25/02/1953	Dispõe sobre a desapropriação de um terreno situado no distrito e município de Bilac, comarca de Birigui, necessário à construção de prédio destinado ao Hospital de Bilac.
Decreto 22116 de 17/03/1953	Dispõe sobre desapropriação de um imóvel situado no distrito e município de Iepê, comarca de Rancharia, necessários à construção de um prédio destinado ao Posto de Puericultura de Iepê.
Decreto 22269 de 20/05/1953	Dispõe sobre a desapropriação de imóvel situado no distrito e município de Rincão, comarca de Araraquara, necessário à construção de prédio destinado ao Posto de Puericultura de Rincão.
Decreto 22272 de 20/05/1953	Dispõe sobre a desapropriação de imóveis situados no distrito, município e comarca da Capital, necessários aos serviços de abastecimento de águas da Capital.
Decreto 22313 de 02/06/1953	Dispõe sobre a desapropriação de imóveis situados no distrito, município e comarca da Capital, necessários aos serviços de abastecimento de água da Capital.
Decreto 22317 de 02/06/1953	Dispõe sobre desapropriação de um imóvel situado no distrito, município e comarca de Araras, necessário à construção de prédio destinado ao Centro de Saúde.

Dispositivo legal	Ementa
Decreto 22318 de 02/06/1953	Dispõe sobre desapropriação de imóvel situado no distrito e município de Duartina, comarca de Piratininga, necessário à construção de prédio destinado ao Posto de Puericultura de Duartina.
Decreto 22319 de 02/06/1953	Dispõe sobre desapropriação de imóvel situado no distrito, município de Gracianópolis e comarca de Lucélia, necessário à construção de prédio destinado ao Posto de Puericultura de Gracianópolis.
Decreto 22441 de 30/06/1953	Aprova o Regulamento do Conselho Estadual de Assistência Hospitalar da Secretaria de Estado da Saúde Pública e da Assistência Social.
Lei 2166 de 15/07/1953	Dá nova redação ao inciso III de nº 129 do artigo 1º da Lei 1967 de 15/12/1952.
Lei 2172 de 15/07/1953	Dispõe sobre a ratificação do convênio celebrado a 8 de maio de 1953, entre o Governo do Estado e a Comissão Estadual da Legião Brasileira de Assistência, para a construção, instalação e manutenção de 100(cem) Postos de Puericultura.
Lei 2182 de 23/07/1953	Estabelece normas tendentes a evitar a contaminação e poluição das águas litorâneas ou interiores, correntes ou dormentes, e dá outras providências.
Lei 2191 de 29/07/1953	Dispõe sobre abertura de crédito especial de Cr\$ 20.000.000,00, destinado à instalação, no interior do Estado, de Delegacias Regionais, Dispensários e Postos do Departamento de Profilaxia da Lepra.
Lei 2197 de 29/07/1953	Dispõe sobre alienação de imóvel por doação situado a Rua José Getúlio, nesta Capital, para nele se construir abrigo para aparelhos do Instituto Central-Hospital Antonio Cândido Camargo.
Lei 2206 de 29/07/1953	Declara de utilidade pública a Maternidade e Gota de Leite de Araraquara.
Lei 2213 de 04/08/1953	Dá nova redação ao item IV da Lei 25005 de 20/12/1952.
Lei 2226 de 11/08/1953	Declara de utilidade pública a Sociedade Pró-Educação e Saúde, com sede nesta Capital.
Lei 2237 de 11/08/1953	Dispõe sobre doação de bens à Misericórdia Botucatenense pertencentes ao Hospital de Isolamento de Botucatu, da Secretaria da Saúde Pública e da Assistência Social.

Dispositivo legal	Ementa
Lei 2238 de 11/08/1953	Dispõe sobre aquisição de imóvel por doação da Prefeitura Municipal de Araçatuba, para nele se construir prédio para a Inspetoria Regional do Departamento de Profilaxia da Lepra.
Lei 2240 de 11/08/1953	Declara de utilidade pública as matas primitivas existentes no município de Paulicéia.
Lei 2264 de 18/08/1953	Dispõe sobre aquisição de imóvel por doação da Prefeitura Municipal de Patrocínio Paulista destinado à construção do prédio para o Posto de Assistência Médico Sanitária e Posto de Puericultura.
Lei 2266 de 18/08/1953	Dispõe sobre aquisição de imóvel por doação da Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto, para nele se construir o edifício sede da Inspetoria local do Departamento de Profilaxia da Lepra.
Lei 2288 de 03/09/1953	Dispõe sobre concessão de auxílio aos lavradores do município de Rio das Pedras, cujas culturas sofreram danos em consequência da chuva de granizo que desabou naquele município em 1950.
Lei 2292 de 03/09/1953	Dá nova redação ao item I, do 248 do artigo 1º da Lei 2122 de 27/12/1952.
Lei 2296 de 29/09/1953	Declara de utilidade pública o “Dispensário Santo Antonio” com sede em Itapira.
Lei 2297 de 29/09/1953	Declara de utilidade pública o Sanatório Santa Cruz, com sede nesta Capital.
Lei 2303 de 29/09/1953	Institui a Prática de Noções de Enfermagem nos Programas de Higiene, Puericultura e Educação Sanitária nas Escolas Normais e Instituto de Educação do Estado.
Decreto 22446 de 04/07/1953	Declara de utilidade pública o imóvel situado na Capital do estado, à Rua Cardeal Arco Verde, 2878, necessário à instalação de Dispensário de Tuberculose de Pinheiros, da Secretaria de Estado da Saúde Pública e da Assistência Social.
Decreto 22448 de 04/07/1953	Dispõe sobre a desapropriação de imóvel situado na Capital do Estado, necessário à construção de Coletor de Esgotos, pela Repartição de Águas e Esgotos da Capital, na Secretaria da Viação e Obras Públicas.

Dispositivo legal	Ementa
Decreto 22547 de 30/07/1953	Concede gratificação por risco de vida e saúde, nos termos da legislação vigente, ao ocupante de cargo de Diretor, criado pela Lei 2131 de 02/01/1953, que dispõe sobre criação de cargo de Diretor padrão “X”, no quadro da Secretaria da Saúde Pública e da Assistência Social.
Decreto 22558 de 05/08/1953	Abre à Secretaria da Viação e Obras Públicas um crédito especial de Cr\$ 8.000.000,00, destinado às obras e serviços no Vale do Ribeira, do Departamento de Águas e Energia Elétrica.
Decreto 22586-A de 12/08/1953	Dispõe sobre desapropriação de imóvel situado no distrito, município e comarca de Taubaté, deste Estado, destinado ao Serviço do Vale do Paraíba, do Departamento de Águas e Energia Elétrica.
Decreto 22595 de 18/08/1953	Revoga o item I do artigo 1º do Decreto 22010 de 28/01/1953, que dispôs sobre desapropriação de imóveis situados em Vila Romana e Alto da Lapa distrito, município e comarca da Capital, necessários aos serviços de Abastecimento de Água.
Decreto 22603 de 18/08/1953	Dispõe sobre desapropriação de um imóvel situado no distrito e município de Buri, comarca de Itapeva, necessário à construção de prédio destinado ao Posto de Puericultura de Buri.
Decreto 22604 de 18/08/1953	Dispõe sobre desapropriação de um imóvel situado no distrito, município e comarca de Ibitinga, necessário à construção de prédio destinado ao Hospital e Maternidade.
Decreto 22649 de 26/08/1953	Dispõe sobre a desapropriação de um imóvel situado no distrito e município de Miracatu, comarca de Santos, necessário à construção de prédio destinado ao Posto de Puericultura de Miracatu.
Decreto 22751 de 25/09/1943	Dispõe sobre abertura de crédito especial no Departamento de Águas e Energia Elétrica de Cr\$ 20.943.776,40 (vinte milhões, novecentos e quarenta e três mil, setecentos e setenta e seis cruzeiros e quarenta centavos).
Decreto 22757 de 29/09/1953	Dispõe sobre desapropriação de um imóvel situado no distrito, município e comarca de Sorocaba, necessário à instalação de Sanatório, da Divisão do Serviço de Tuberculose da Secretaria da Saúde Pública e Assistência Social.
Decreto 22758 de 29/09/1953	Dispõe sobre a desapropriação de um imóvel situado no distrito, município e comarca de Cananéia, necessário à construção de prédio destinado ao Posto de Assistência Médico-Sanitária.

Dispositivo legal	Ementa
Lei 2309 de 06/10/1953	Declara de utilidade pública a Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Araras.
Lei 2315 de 06/10/1953	Dispõe sobre abertura de um crédito especial de Cr\$ 5.000.000,00 a fim de ser realizada pelo Departamento de Profilaxia da Lepra, uma campanha relativa a essa moléstia e aos meios de evitá-la.
Lei 2342 de 22/10/1953	Dispõe sobre denominação do Posto de Puericultura de Sertãozinho que passa a denominar-se Cel. Francisco Schmidt, o Posto de Puericultura de Sertãozinho.
Lei 2359 de 03/11/1953	Dispõe sobre a aquisição de imóvel por doação da Prefeitura Municipal de Ribeirão Bonito, destinado à construção do prédio para o Posto de Saúde.
Lei 2362 de 03/11/1953	Dispõe sobre abertura de crédito especial de Cr\$ 4.000.000,00, para ocorrer despesas com a concessão de auxílio à Prefeitura Municipal de Bernardino de Campos para ressarcir os danos causados aos prejudicados pela tromba d'água que assolou o município em 16 de Setembro de 1952 e Cr\$ 2.000.000,00 para auxílio aos lavradores do município de São Roque que tiveram suas plantações destruídas pelas violentas tempestades de granizo caídas nos meses de novembro e dezembro de 1952.
Lei 2365 de 03/11/1953	Autoriza a Fazenda do Estado a receber, mediante cessão da Prefeitura Municipal de Santos, o uso de área de terreno, para instalação da Estação Elevatória E XII da Repartição de Saneamento de Santos, do Departamento de Obras Sanitárias.
Lei 2375 de 10/11/1953	Declara de utilidade pública a Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Piracicaba.
Lei 2379 de 18/11/1953	Declara de utilidade pública a Associação Médica Brasileira, com sede nesta Capital.
Lei 2380 de 18/11/1953	Dispõe sobre a instituição de bolsa anuais destinadas à formação de Anestesiastas.
Lei 2382 de 24/11/1953	Orça a Receita e fixa a Despesa para o exercício de 1954.
Lei 2393 de 10/12/1953	Declara de utilidade pública a "Associação de Proteção e Assistência à Maternidade e à Infância de Santa Branca", com sede na mesma cidade.

Dispositivo legal	Ementa
Lei 2398 de 10/12/1953	Declara de utilidade pública a “Associação de Proteção à Maternidade e à Infância” de Monte Azul Paulista com sede na mesma cidade.
Lei 2410 de 10/12/1953	Dispõe sobre as aposentadorias aos serventuários nos casos que se confirme a per durabilidade da moléstia atestada no laudo oficial.
Lei 2411 de 10/12/1953	Dispõe sobre aquisição de imóvel por doação da Santa Casa de Presidente Prudente com a condição de transformá-lo em Hospital Regional da Alto Sorocabana.
Lei 2412 de 15/12/1953	Dispõe sobre medidas de caráter financeiro.
Lei 2418 de 15/12/1953	Dispõe sobre concessão de auxílios no corrente exercício.
Lei 2419 de 15/12/1953	Declara de utilidade pública a fim de serem desapropriadas, glebas de terras situadas no município de São Miguel Arcanjo, comarca de Itapetininga, e destinadas a integrar a Reserva Florestal criada no “Núcleo Colonial Carlos Botelho”.
Lei 2429 de 22/12/1953	Declara de utilidade pública a Associação Barbarense de Proteção à Infância e à Maternidade.
Lei 2430 de 22/12/1953	Declara de utilidade pública a Associação de Proteção e Assistência à Maternidade e à Infância de Iguape.
Lei 2434 de 22/12/1953	Dispõe sobre aquisição por doação de um imóvel situado na sede do município de Itaporanga, para nele construir um Posto Hospital.
Lei 2456 de 30/12/1953	Dispõe sobre o Quadro Territorial Administrativo e Judiciário do Estado, para o quinquênio 1954/1958 e dá outras providências.
Lei 2459 de 30/12/1953	Dispõe sobre a criação de um Dispensário de Tuberculose, na cidade de Franca.
Lei 2461 de 30/12/1953	Dispõe sobre concessão de auxílio de Cr\$ 200.000,00, destinado a ocorrer às despesas com a realização do Congresso Pan-americano de Assistência aos Cegos e Prevenção de Cegueira, na Capital, em 1954.

Dispositivo legal	Ementa
Lei 2463 de 30/12/1953	Dá nova redação ao artigo 1º da Lei 2191 de 29 de Julho de 1953, que autorizou um crédito especial de Cr\$ 20.000.000,00, destinado a atender às despesas com a instalação e o funcionamento no Interior do Estado de Delegacias Regionais, Dispensários e Postos do Departamento de Profilaxia da Leprea.
Lei 2473 de 30/12/1953	Autoriza o Governo do Estado a dar em concessão, mediante prévia concorrência pública, a exploração dos serviços de engarrafamento de água em termas de Santa Bárbara do Rio Pardo, e dá outras providências.
Lei 2474 de 30/12/1953	Autoriza a Fazenda do Estado a doar imóvel situado na Fazenda “Santa Rita”, o qual ser considerado Reserva Florestal, obrigando-se a Prefeitura a conservar sua integralidade, a mata nele existente, sob pena de sua reversão à Fazenda Estadual.
Lei 2475 de 31/12/1953	Dispõe sobre abertura de crédito especial de Cr\$ 24.999,600,00, destinado ao Serviço Estadual de Vacinação Contra a Febre Amarela.
Lei 2480 de 31/12/1953	Dispõe sobre concessão de subvenções.
Lei 2482 de 31/12/1953	Dispõe sobre a concessão de auxílios.
Lei 2456 de 30/12/1953	Dispõe sobre o Quadro Territorial Administrativo e Judiciário do Estado para o quinquênio 1954/1958 e dá outras providências.
Decreto 22789 de 13/10/1953	Dispõe sobre desapropriação de imóvel situado no distrito, município e comarca de São José dos Campos, necessário à construção de prédio destinado ao Centro de Saúde.
Decreto 22790 de 13/10/1953	Dispõe sobre desapropriação de imóvel situado no distrito e município de Borborema, comarca de Ibitinga, necessário à construção de prédio destinado ao Posto de Puericultura de Borborema.
Decreto 22820 de 20/10/1953	Dispõe sobre a organização de Serviço Médico na Caixa Econômica do Estado de São Paulo e dá outras providências.
Decreto 22881 de 18/11/1953	Dispõe sobre o “Serviço de Águas de Santos e Cubatão”, e dá outras providências.
Decreto 22912 de 22/12/1953	Dispõe que se observe, na execução da Lei 2391 de 02/12/1953, a discriminação constante das tabelas anexas.

Dispositivo legal	Ementa
Decreto 22980 de 22/12/1953	Dispõe sobre desapropriação de um imóvel no distrito e município de Fernando Prestes, comarca de Taguatinga, necessário à construção do prédio para o Posto de Puericultura.
Decreto 23019 de 30/12/1953	Dispõe sobre a concessão de gratificação referida no artigo 118, I, 2ª parte, do Decreto-Lei 1227 de 28/10/1941, a docentes servidores da Faculdade de Higiene e Saúde Pública, da Universidade de São Paulo.
Decreto 23026-F de 31/12/1953	Dispõe sobre abertura, na Secretaria da Fazenda, à Secretaria da Saúde Pública, e da Assistência Social, do crédito especial de Cr\$ 24.999.600,00, autorizado pela Lei 2475 de 31/12/1953.
Resolução 372 de 09/11/1953	Cria a Comissão para coordenar as matérias e estudos que interessarem à imediata defesa dos recursos naturais do Estado.
Decreto 23010 de 29/12/1953	Dispõe que se observe, na execução da Lei 2382 de 24 de Novembro de 1953 a discriminação da Receita e da Despesa constante das tabelas anexas.
Lei 2489 de 05/01/1954	Dispõe sobre a concessão de auxílio sendo o de Cr\$ 1.000.000,00 (hum milhão de cruzeiros) destinado à Santa Casa de Misericórdia de Santo Amaro.
Lei 2552 de 13/01/1954	Dispõe sobre criação, na Secretaria da Saúde Pública, e da assistência social, do Instituto de Cardiologia e dá outras providências.
Lei 2564 de 14/01/1954	Dispõe sobre aquisição de imóvel por doação da Prefeitura Municipal de São Bernardo do Campo, destinado à construção do prédio para instalação do Centro de Saúde e Posto de Puericultura de São Bernardo do Campo.
Lei 2624 de 20/01/1954	Dispõe sobre doação de um grupo de geradores de força e luz ao Instituto Central, Hospital A C Camargo da Associação Paulista de Combate ao Câncer e dá outras providências.
Lei 2627 de 20/01/1954	Cria e organiza o Departamento de Águas e esgotos como autarquia extinguiu a Repartição de Águas e Esgotos de São Paulo e dá outras providências.
Lei 2629 de 20/01/1954	Dispõe sobre aquisição de grupos geradores “Diesel” para revenda aos Hospitais e Escolas do Estado de São Paulo e dá outras providências.

Dispositivo legal	Ementa
Lei 2631 de 20/01/1954	Dispõe sobre criação de uma Faculdade de Farmácia e Odontologia em São Jose dos Campos.
Lei 2633 de 20/01/1954	Dispõe sobre criação de uma Faculdade de Farmácia e Odontologia em Araçatuba.
Lei 2646 de 20/0/1954	Dispõe sobre a criação de um Dispensário de Tuberculose na Cidade de Santa Cruz do Rio Pardo.
Lei 2647 de 20/01/1954	Dispõe sobre a criação de um Dispensário de Tuberculose na Cidade de Itapira.
Lei 2648 de 20/01/1954	Dispõe sobre a criação de um Dispensário de Tuberculose no distrito de Parique-Açu, município de Jacupiranga
Lei 2665 de 10/03/1954	Concede pensões mensais na importância de Cr\$ 1.500,00 a cada uma egressas de sanatórios.
Decreto 23094 de 02/02/1954	Dispõe sobre desapropriação de imóveis situados em Capela do Socorro, Santo Amaro e Alameda Rocha Azevedo, no distrito, município e comarca da Capital, necessários aos serviços de abastecimento de água da Capital.
Decreto 23161 de 24/02/1954	Dispõe sobre abertura na Secretaria da Fazenda à mesma Secretaria do crédito especial de Cr\$ 4.000.000,00 autorizado pela Lei 2362 de 03/11/1953, para ressarcir os danos causados aos prejudicados pela tromba d'água que assolou o município em 16/09/1952 e aos lavradores do município de São Roque que tiveram suas plantações destruídas pelas violentas tempestades de granizo caídas nos meses de novembro e dezembro de 1952.
Decreto 23176 de 06/03/1954	Abre à Secretaria da Viação e Obras Públicas, um crédito especial de Cr\$ 25.000.000,00, destinado a despesa com a execução do Plano Quadrienal para atender às despesas com os Serviços Sanitários.
Resolução 387 de 17/03/1954	Dispõe sobre abono de faltas dadas pelos médicos funcionários públicas, que comparecerem ao IX Congresso do Colégio Internacional de Cirurgiões.
Resolução 388 de 17/03/1954	Dispõe sobre abono de faltas dadas pelos funcionários públicos estaduais que comparecerem à III Jornada Paulista de Administração Hospitalar.
Lei 2681 de 15/06/1954	Declara de utilidade pública a "Associação de Proteção à Maternidade e à Infância de Igarapava".

Dispositivo legal	Ementa
Lei 2684 de 15/06/1954	Declara de utilidade pública a Associação de Puericultura de Guariba.
Lei 2687 de 15/06/1954	Declara de utilidade pública a “Campanha Associativa de Proteção à Natureza”.
Lei 2688 de 15/06/1954	Declara de utilidade pública a “Associação de Proteção e Assistência à Maternidade e à Infância” de Morro Agudo.
Decreto 23261 de 12/04/1954	Cria uma Comissão Especial incumbida de estudar e propor as providências necessárias à intensificação das obras de reforma, construção de Sanatório de Tuberculose do Estado.
Decreto 23283 de 26/04/1954	Dispõe sobre o treinamento dos alunos da Faculdade de Medicina e da Escola de Enfermagem, de Ribeirão Preto, no Dispensário da Divisão do Serviço de Tuberculose, existente no mesmo município.
Decreto 23304 de 29/04/1954	Dispõe sobre a localização de Dispensários da Divisão do Serviço de Tuberculose, do Departamento de Saúde, da Secretaria da Saúde Pública e Assistência Social, e dá outras providências.
Decreto 23390-C de 02/06/1954	Aprova o Regulamento do Grupo de Auxiliar de Enfermagem, da Escola de Enfermagem de São Paulo, da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo.
Decreto 23430 de 22/06/1954	Dispõe sobre a desapropriação de imóvel situado no distrito e município de Pontal, comarca de Sertãozinho, necessário à construção de prédio destinado ao Posto de Puericultura de Pontal.
Decreto 23442-A de 30/06/1954	Abre à Secretaria da Viação e obras Públicas um crédito especial de Cr\$ 100.000.000,00, destinado às despesas com o Plano Quadrienal de Administração, a cargo do Departamento de Águas e Energia Elétrica.
Resolução 395 de 02/06/1954	Dispõe sobre abono de faltas dadas pelos funcionários públicos estadual que comparecerem ao IV Congresso Internacional de Energia Sanitária.
Resolução 398 de 26/06/1954	Dispõe sobre abono de faltas dadas pelos funcionários públicos estaduais que comparecerem ao Congresso de Pediatria de 1954.
Resolução 399 de 23/06/1954	Dispõe sobre abono de faltas dadas aos funcionários públicos estaduais que comparecerem ao 2º Congresso Latino-Americano e IV Brasileiro de Obstetrícia e Ginecologia.

Dispositivo legal	Ementa
Resolução 401 de 30/06/1954	Dispõe sobre abono de faltas dadas aos funcionários públicos estaduais que comparecerem ao I Congresso Brasileiro de Medicina Militar.
Lei 2714 de 03/08/1954	Dá nova redação ao inciso XII de nº 110 do artigo 1º da Lei 1508 de 26/12/1951.
Lei 2743 de 23/09/1954	Dispõe sobre concessão de auxílio à Associação Paulista de Medicina, destinado às despesas com a realização, nesta Capital, de 12 a 18 de Setembro de 1954 do II Congresso Latino-Americano de Anestesiologia e I Congresso Brasileiro de Anestesiologia.
Decreto 23488 de 29/09/1954	Dispõe sobre abertura na Secretaria da Fazenda, à mesma secretaria de crédito especial de Cr\$ 9.000.000,00 autorizado pela Lei 2489 de 05/01/1954, destinado à Santa Casa de Misericórdia de São Paulo.
Decreto 26489 de 27/07/1954	Dispõe sobre abertura na Secretaria da Fazenda, à Secretaria da Saúde Pública e da Assistência Social, do crédito especial de Cr\$ 20.000.000,00, autorizado pela Lei 2552, de 13 de Janeiro de 1954, destinado a atender às despesas com construção e instalação do Instituto de Cardiologia.
Decreto 23513 de 16/08/1954	Dispõe sobre a desapropriação de imóvel situado no distrito e município de Anhembi, comarca de Conchas, necessário à construção de prédio destinado ao Posto de Puericultura de Anhembi.
Decreto 23514 de 10/08/1954	Dispõe sobre desapropriação de imóvel situado no distrito, município e comarca de Campinas, necessário à instalação do Abrigo de Menores Débeis Mentais, do Serviço Social de Menores.
Decreto 23515 de 10/08/1954	Dispõe sobre desapropriação de um imóvel situado no distrito, município e comarca de Atibaia, necessário à construção dos edifícios, destinados ao Centro de Saúde e à Casa da Lavoura.
Decreto 23521 de 10/08/1954	Dispõe sobre a desapropriação de imóveis e servidões de imóveis para passagens de substancias de encanamentos, situados no distrito, município e comarca de Paraguaçu Paulista, necessários aos serviços de abastecimento de água da Estação de Paraguaçu Paulista.
Decreto 23543 de 12/08/1954	Dispõe sobre abertura de crédito especial ao Departamento de Águas e Energia Elétrica.

Dispositivo legal	Ementa
Decreto 23567-B de 18/08/1954	Abre à Secretaria da Viação e Obras Públicas um crédito especial de Cr\$ 320.000.000,00, destinado às despesas com a execução do Plano Quadrienal de Administração, a cargo do Departamento de Águas e Energia Elétrica.
Decreto 23567-F de 18/08/1954	Abre à Secretaria de Viação e Obras Públicas um crédito especial de Cr\$ 10.000.000,00, destinado às despesas com a execução Quadrienal de Administração para os Serviços Sanitários do Interior, a cargo do Departamento de Obras Sanitárias.
Decreto 23636 de 15/09/1954	Baixa o Regulamento da Consultoria Jurídica da Secretaria de Estado da Saúde Pública e da Assistência Social.
Decreto 23636-A de 15/09/1954	Abre um crédito especial de Cr\$ 1.500.000,00 à Secretaria da Agricultura, destinado às despesas com a execução do Plano Quadrienal de Administração para atender às despesas relacionadas com trabalhos a cargo do Serviço Florestal.
Resolução 403 de 05/07/1954	Dispõe sobre abono de faltas dadas pelos funcionários públicos estaduais que comparecerem ao 1º Congresso Latino-Americano de Saúde Mental, a realizar-se nesta Capital, no período de 17 a 22 do corrente mês.
Resolução 406 de 21/07/1954	Dispõe sobre abono de faltas dadas pelos funcionários públicos estaduais médicos que comparecerem ao VI Congresso Internacional do Câncer.
Resolução 414 de 18/08/1954	Dispõe sobre abono de faltas dadas pelos funcionários públicos estaduais médicos que comparecerem ao VII Congresso Nacional de Enfermagem.
Lei 2763 de 19/10/1954	Dispõe sobre alienação de imóvel, mediante doação de um terreno com área de 14.900m ² , situado no distrito da Lapa, município e comarca da Capital, destinado ao Hospital Central Sorocabana.
Lei 2869 de 14/12/1954	Autoriza o Poder Executivo a abrir na Secretaria da Fazenda, à Secretaria da Saúde Pública e da Assistência Social, um crédito especial de Cr\$ 1.600.00,00, destinado a atender às despesas com a instalação do novo pavilhão do Instituto “Adhemar de Barros”, do Serviço do Pênfigo Foliáceo.
Lei 2877 de 20/12/1954	Dispõe sobre reajustamento de verbas do Orçamento vigente.

Dispositivo legal	Ementa
Lei 2884 de 21/12/1954	Introduz modificações na Lei 2482 de 31/12/1953.
Lei 2886 de 21/12/1954	Autoriza o Poder Executivo, a conceder, a partir de 1956, uma subvenção anual de Cr\$ 360.000,00, à Escola Paulista de Medicina, a fim de serem instituídas 10 bolsas de especialização.
Lei 2890 de 23/12/1954	Declara de utilidade pública a “Associação de Proteção à Maternidade e à Infância de Getulina, com sede na cidade de Getulina.
Lei 2891 de 23/12/1954	Declarara de utilidade pública a “Sociedade Paulista de Leprologia” com sede em Gopouva.
Lei 2917 de 28/12/1954	Dispõe sobre concessão de auxílios.
Decreto 23705 de 06/10/1954	Regulamenta a Lei 2531, de 12/01/1954, que transfere para a Secretaria do Trabalho, Indústria e Comércio, o Serviço criado pela Lei 1555 de 31/12/1951.
Decreto 23715 de 13/10/1954	Aprova o orçamento do Departamento de Águas e Esgotos de São Paulo para o segundo semestre de 1954.
Decreto 23716 de 13/10/1954	Abre no Departamento de Águas e Esgotos um crédito especial de Cr\$ 30.690.942,00, destinados com as obras do Plano Quadrienal de Administração.
Decreto 23736 de 19/10/1954	Abre crédito extraordinário de Cr\$ 5.000.000,00, à Secretaria da Saúde, para ocorrer às despesas com o combate ao surto epidêmico de febre tifóide ocorrido em Atibaia, neste Estado.
Decreto 23896-C de 10/11/1954	Aprova o Regulamento da Escola de Enfermagem de São Paulo.
Decreto 23799 de 11/11/1954	Revoga o Decreto 23515.
Decreto 23824 de 11/11/1954	Abre crédito suplementar de Cr\$ 911.528,30 autorizado pelo artigo 31 da Lei 2751 de 02/10/1954.
Decreto 23841 de 18/11/1954	Dispõe sobre abono de faltas dadas pelos funcionários públicos estaduais médicos que comparecerem ao III Congresso Farmacêutico e Bioquímico Pan-americano e Dispõe sobre abono de faltas dadas pelos funcionários públicos estaduais médicos que comparecerem Congresso Brasileiro de Farmácia.

Dispositivo legal	Ementa
Decreto 23857 de 23/11/1954	Dispõe sobre estabelecimento de normas técnicas e de orientação do pessoal hospitalar do Estado, Conselho Estadual de Assistência Hospitalar.
Decreto 23863-A de 26/11/1954	Transforma, na Faculdade de Higiene e Saúde Pública, da Universidade de São Paulo, o Serviço de Inspeção de Saúde, no Instituto de Saúde e Serviço Social, e dá outras providências.
Decreto 23878 de 30/11/1954	Delimita a área de ação do Dispensário de Pinheiros da Divisão do Serviço de Tuberculose do Departamento de Saúde do Estado da Secretaria de Estado da Saúde Pública e da Assistência Social, do Centro de Aprendizagem da Faculdade de Higiene e Saúde Pública da Universidade de São Paulo.
Decreto 23888 de 1º/12/1954	Declara de utilidade pública, a fim de serem desapropriadas pela Fazenda do Estado, diversas áreas de terreno necessárias, aos serviços de tratamento de esgotos da Capital.
Decreto 23910-A de 07/12/1954	Cria no Departamento de Anatomia da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo, a Seção de Neuranatomia e dá outras providências.
Decreto 23933 de 15/12/1954	Dispõe sobre abertura de crédito especial ao Departamento de Águas e Energia Elétrica.
Decreto 23960 de 20/12/1954	Dispõe que se observe, na execução da Lei 7879 de 20/12/1954, a discriminação constante das tabelas anexas.
Decreto 24089-O de 30/12/1954	Dispõe sobre a Secretaria da Fazenda, à mesma Secretaria, do crédito especial de Cr\$ 100.000,00, autorizado pela Lei 2566, de 14/01/1954, destinado à Associação Brasileira de Enfermagem Diplomadas, Seção São Paulo, para sua representação no X Congresso Internacional de Enfermagem, realizado em Petrópolis de 12 a 18 de Julho de 1953.
Resolução 420 de 06/10/1954	Dispõe sobre abono de faltas dadas aos funcionários públicos estaduais que comparecerem aos I Congresso Internacional de Odontologia, V Congresso Odontológico Brasileiro e II Congresso Universitário Pan-americano de Odontologia.
Resolução 423 de 04/11/1954	Dispõe sobre abono de faltas dadas aos funcionários públicos estaduais que comparecerem ao IV Congresso Brasileiro de Proctologia e à Décima Reunião Anual da Sociedade Brasileira de Proctologia.

Dispositivo legal	Ementa
Decreto 23911-A de 11/12/1954	Dispõe que se observe, na execução da Lei 2787, de 18/11/1954, a discriminação da Receita e da Despesa, constante das tabelas anexas.
Lei 2952 de 11/01/1955	Dispõe sobre concessão de auxílio à Sociedade de Gastroenterologia e Nutrição de São Paulo, destinado ao custeio de viagem e estadia de participantes das reuniões realizadas nesta Capital, nas quais foram debatidas a prevenção e o do tratamento da esquistossomose.
Lei 2956 de 20/01/1955	Dispõe sobre o sistema estadual de ensino superior e dá outras providências.
Lei 2958 de 21/01/1955	Dispõe sobre medidas de caráter financeiro.
Decreto 24090 de 03/01/1955	Aprova o orçamento do Departamento de Águas e Esgotos de São Paulo para o exercício de 1955.
Decreto 24143 de 13/01/1955	Revoga os decretos que concederam ao pessoal docente administrativo da Universidade de São Paulo, a gratificação pelo exercício de determinados locais susceptíveis de gerar risco de vida à saúde.
Decreto 24169 de 18/01/1955	Institui o “Dia de Conservação do Solo”.
Decreto 24170 de 18/01/1955	Dispõe sobre a desapropriação de imóvel e servidões sobre imóveis situados no distrito de Guarujá, município e comarca de Santos, necessários ao abastecimento de água ao bairro de Itapeva e Guarujá.
Decreto 24179 de 18/01/1955	Altera o Regulamento da Divisão de Serviço de Tuberculose do Departamento de Saúde, aprovado pelo Decreto 19155-A de 06/02/1950 e estabelece o zoneamento dispensarial da Capital.
Decreto 24216 de 20/01/1955	Prorroga os prazos para conclusão da canalização dos rios Pinheiros, Grande e Guarapiranga.
Decreto 24259 de 26/01/1955	Dispõe sobre desapropriação de imóvel situado no distrito, município e comarca de Pindamonhangaba deste Estado, destinado ao Serviço do Vale do Paraíba, do Departamento de Águas e Energia Elétrica.
Decreto 24299 de 29/01/1955	Dispõe sobre denominação do Hospital Regional de Pariquera-Açu que passa a denominar-se “Francisco Longo”.

Dispositivo legal	Ementa
Lei 2973 de 04/05/1955	Dá nova redação ao inciso CCCXXI do nº 277 do artigo 1º da Lei nº 1967, de 15/12/1952.
Lei 3015 de 07/06/1955	Cancela os incisos II do nº 494, e V nº 505 do artigo 1º da Lei 2482 de 31/12/1953 e dá outras providências.
Decreto 24467 de 05/04/1955	Modifica o Decreto 24179 de 18/01/1955 que alterou o Regulamento da Divisão do Serviço de Tuberculose, do Departamento de Saúde, aprovado pelo Decreto 19155-A de 06/02/1950 e estabelece zoneamento dispensarial da Capital.
Decreto 24475 de 13/04/1955	Aprova o Regulamento do Departamento de Administração da Secretaria de Estado dos Negócios da Saúde Pública e Assistência Social, criado pela Lei 2603 de 16/01/1954.
Decreto 24486 de 18/04/1955	Revoga o dispositivo do Regulamento da Faculdade de Medicina Veterinária da Universidade de São Paulo.
Decreto 24488 de 19/04/1955	Abre crédito suplementar de Cr\$ 2.250.000.000,00, autorizado pelo artigo 5º da Lei 2787 de 18/01/1954.
Decreto 24584 de 25/05/1955	Declara de utilidade pública, a fim de serem desapropriadas pelo Departamento de Águas e Esgotos de São Paulo, diversas áreas de terrenos necessárias aos serviços de abastecimento de água da Capital.
Decreto 24588 de 26/05/1955	Dispõe sobre a criação do “Serviço de Censo de Cegos”.
Decreto 24606-A de 31/05/1955	Dispõe sobre o funcionamento do Curso de Especialização de Ensinos de Cegos.
Decreto 24633 de 14/06/1955	Aprova o Regulamento do Hospital-Sanatório do Mandaqui, aplicável aos demais hospitais da Divisão do Serviço de Tuberculose, do Departamento de Saúde, da Secretaria de Estado dos Negócios da Saúde e Pública e da Assistência Social.
Decreto 24646 de 16/06/1955	Dispõe sobre concessão de contribuições e auxílios no corrente exercício.
Decreto 24688 de 28/06/1955	Atribui aos Postos de Saúde do Departamento de Saúde o dever de prestar assistência médica aos reclusos das cadeias públicas do Estado.
Decreto 24486 de 18/04/1955	Revoga dispositivo do Regulamento da Faculdade de Medicina Veterinária da Universidade de São Paulo.

Dispositivo legal	Ementa
Decreto 24488 de 19/04/1955	Abre crédito suplementar de Cr\$ 2.250.000.000,00, autorizado pelo artigo 5º da Lei 2787 de 18/01/1954.
Decreto 24584 de 25/05/1955	Declara de utilidade pública, a fim de serem desapropriadas pelo Departamento de Águas e Esgotos de São Paulo, diversas áreas de terrenos necessárias aos serviços de abastecimento de água da Capital.
Decreto 24588 de 26/05/1955	Dispõe sobre a criação do “Serviço de Censo dos Cegos”.
Decreto 26606-A de 31/05/1955	Dispõe sobre o funcionamento do Curso de Especialização de Ensino de Cegos.
Decreto 24633 de 14/06/1955	Aprova o Regulamento do Hospital Sanatório do Mandaqui, aplicável aos demais hospitais da Divisão do Serviço de Tuberculose, do Departamento da Saúde, da Secretaria de Estado dos Negócios da Saúde Pública e da Assistência Social.
Decreto 24646 de 16/06/1955	Dispõe sobre a concessão de subvenções contribuições e auxílios no corrente exercício.
Decreto 24688 de 25/06/1955	Atribui aos Postos de Saúde do Departamento de Saúde o dever de prestar assistência médica aos reclusos das cadeias públicas do Estado.
Lei 3077 de 29/07/1955	Dá denominação de “Dr. G. Rodrigues”, ao Posto de Puericultura de Lorena.
Lei 3091 de 02/08/1955	Aprova o Convênio celebrado entre a Divisão do Serviço de Tuberculose, da Secretaria da Saúde Pública e da Assistência Social e a Prefeitura Sanitária de Campos do Jordão, com a finalidade de promover assistência hospitalar a doentes tuberculosos indigentes.
Lei 3103 de 16/08/1955	Dá a denominação de “Monsenhor Machado” ao Posto de Puericultura de Cachoeira Paulista.
Lei 3120 de 26/08/1955	Dispõe sobre concessão de auxílio à Santa Casa de Misericórdia de São Paulo.
Lei 3147 de 16/09/1955	Declara de utilidade pública a “Associação Paulista de Combate ao Câncer, com sede na Capital.
Lei 3160 de 23/09/1955	Concede pensões, na importância de Cr\$ 1.500,00 a cada um, a egressos de Sanatórios de Lepra.

Dispositivo legal	Ementa
Decreto 24707 de 05/07/1955	Institui prêmios de florestamento e reflorestamento e defesa florestal.
Decreto 24710 de 05/07/1955	Dispõe sobre desapropriação de imóvel situado no distrito e município de Águas da Prata, comarca de São João da Boa Vista, destinado à proteção e aproveitamento da Fonte Vilela na Fazenda Tijuco Preto.
Decreto 24782 de 20/07/1955	Institui o Departamento de Assistência à Psicopatas o Serviço de Tratamento e Recuperação do Alcoólatra.
Decreto 24783 de 20/07/1955	Institui no Departamento de Assistência a Psicopatas, o Serviço de Pronto Socorro do Doente Mental.
Decreto 24789 de 21/07/1955	Localiza, no município de Amparo um Dispensário de Tuberculose.
Decreto 24806 de 25/07/1955	Regulamenta as leis 2182 de 23/07/1953 que estabelece normas tendentes a evitar a contaminação e produção das águas litorâneas ou interiores, correntes ou dormentes e a Lei 3068 de 14/07/1955 que dá nova redação aos artigos 1º e 4º da Lei 2182 de 23 de Julho de 1953.
Decreto 21814 de 25/07/1955	Aprova o regulamento do Sanatório Pirapitingui, aplicável aos demais sanatórios do Departamento de Profilaxia da Lepra da Secretaria de Estado de Negócios da Saúde Pública e da Assistência Social.
Decreto 24853 de 09/08/1955	Aprova o regulamento do Serviço de Pênfigo Foliáceo do Departamento de Profilaxia da Lepra da Secretaria de estado dos Negócios da Saúde Pública e da Assistência Social.
Decreto 24854 de 09/08/1955	Modifica dispositivos do Decreto 24814, de 25/07/1955 que aprova o regulamento do Sanatório Pirapitingui do Departamento de Profilaxia da Lepra da Secretaria de Estado dos Negócios da Saúde Pública e da Assistência Social.
Decreto 24883 de 22/08/1955	Dispõe sobre medidas de amparo e assistência à família rural.
Decreto 24896 de 26/08/1955	Autoriza a abertura de um crédito especial de Cr\$ 500.000,00, no Departamento de Águas e Esgotos para ocorrer às despesas necessárias, em caráter de emergência na presente conjuntura de falta d'água nesta Capital.

Dispositivo legal	Ementa
Decreto 24898 de 30/08/1955	Cria, a título experimental, nos novos municípios do Estado, Centros de Educação e Assistência Médico-Sanitária (CEAMS), que funcionarão sob a ação conjunta da Divisão de Serviço do Interior e Departamento Estadual da Criança.
Decreto 24899 de 30/08/1955	Localiza, nos municípios criados e restabelecidos pela Lei 2456 de 30/12/1953, 65 Centros de Educação e Assistência Médico-Sanitária – CEAMS.
Decreto 29954 de 23/09/1955	Dispõe sobre a abertura na Secretaria da Fazenda, à mesma Secretaria do crédito especial de Cr\$ 25.000.000,00, autorizado pela Lei 3120 de 26 de Agosto de 1955, destinado à concessão de um auxílio à Santa Casa de Misericórdia de São Paulo.
Decreto 24963 de 28/09/1955	Dispõe sobre a abertura de um crédito especial de Cr\$ 47.312.371,20 no Departamento de Águas e Esgotos com urgência até 31/12/1956.
Resolução 462 de 08/07/1955	Dispõe sobre designação de membros da Comissão encarregada de concede contagem a servidores em contato com raio “X” e substâncias radioativas.
Resolução 468 de 19/07/1955	Recomenda o apoio das autoridades administrativas do Estado à Campanha do Selo, de combate à tuberculose, a ser desenvolvida sob auspícios da Federação de Entidades de Luta Anti-tuberculose de São Paulo.
Resolução 474 de 25/07/1955	Institui uma Comissão para proceder à instalação da Faculdade de Farmácia e Odontologia de São José dos Campos.
Resolução 479 de 05/09/1955	Dispõe sobre dispensa de ponto aos veterinários funcionários públicos estaduais que participarem da X Conferência Anual da Sociedade Paulista de Medicina Veterinária.
Resolução 483 de 13/09/1955	Dispõe sobre a assistência ao trabalhador rural.
Lei 3190 de 05/10/1955	Altera a redação de itens dos n°s 418, 528 e 383, da Lei 248 de 31/12/1953.
Lei 3191 de 05/10/1955	Altera a redação do inciso que especifica do n° 400 do artigo da Lei 2482 de 31/12/1953.

Dispositivo legal	Ementa
Lei 3196 de 05/10/1955	Aprova o Convênio celebrado a 25 de Abril de 1952, entre o Governo Federal e o Estado de São Paulo, para o desenvolvimento dos trabalhos de combate à febre amarela no Estado de São Paulo.
Lei 3198 de 25/10/1955	Determina regras pelas quais são as sociedades declaradas de utilidade pública.
Lei 3223 de 25/10/1955	Introduz alterações na Lei 2482 de 25/10/1955.
Lei 3224 de 25/10/1955	Estende à Universidade de São Paulo, ao Hospital das Clínicas e ao Instituto de Pesquisas Tecnológicas a isenção que trata o artigo 27 do Livro X do Código de Impostos e Taxas com a nova redação que lhe for dada pelo artigo 18 da Lei 2412 de 15/12/1953.
Lei 3231 de 25/10/1955	Dispõe sobre a criação de 60 Postos de Assistência Médico-Sanitária nos municípios que especifica.
Lei 3235 de 07/11/1955	Dispõe sobre o reajustamento do orçamento vigente e dá outras providências.
Lei 3240 de 11/11/1955	Orça a receita e fixa a despesa do Estado para o exercício de 1956.
Lei 3258 de 06/12/1955	Declara de utilidade pública a “Associação de Proteção e Assistência à Maternidade e à Infância de São Caetano do Sul”, com sede em São Caetano do Sul.
Lei 3268 de 06/12/1955	Dispõe sobre a criação de um Dispensário de Tuberculose em Socorro.
Lei 3274 de 23/12/1955	Institui em entidade autárquica o Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto, da Universidade de São Paulo e dá outras providências.
Lei 3291 de 27/12/1955	Declara de utilidade pública a “Orientação Social e Sanitária, Assistência à Maternidade, Infância e Adolescência, com sede em Monte Alegre do Sul.